

2017: mais um ano de luta pela efetivação de direitos

Balanço de Atividades da Comissão de
Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência

Comissão de Defesa dos Direitos das
Pessoas com Deficiência



1431



tion Sávio Santos de Oliveira
Analista de Políticas de Previdência Social (SPPS-MF)



Joelson Costa Dias

Vice-Presidente da Comissão dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CF-045)

RESERVADO PARLAMENTAR

Mesa da Câmara dos Deputados
55ª Legislatura - 2015 - 2019
3ª Sessão Legislativa - 2017

Presidente

Rodrigo Maia

Primeiro Vice-Presidente

Fábio Ramalho

Segundo Vice-Presidente

André Fufuca

Primeiro-Secretário

Giacobo

Segunda-Secretária

Mariana Carvalho

Terceiro-Secretário

JHC

Quarto-Secretário

Rômulo Gouveia

Primeiro-Suplente

Dagoberto

Segundo-Suplente

César Halum

Terceiro-Suplente

Pedro Uczai

Quarto-Suplente

Carlos Manato



Diretor-Geral

Lucio Henrique Xavier Lopes

Secretário-Geral da Mesa

Wagner Soares Padilha

Diretor Legislativo

Afrísio Vieira de Lima Filho

Diretora do Departamento de Comissões

Aparecida de Moura Andrade

**Comissão de Defesa dos Direitos das
Pessoas com Deficiência**

Presidente

Cabo Sabino

1ª Vice-Presidente

Zenaide Maia

2ª Vice-Presidente

Mara Gabrielli

Secretário Executivo

Idelfonso Vidal Salmito

Capa

Departamento de Relações Públicas e Divulgação - Serviço de Publicidade/SECOM

Fotografias

Otávio Praxedes - CPD

Projeto Gráfico, Diagramação, Texto

Equipe Técnica da CPD

Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência

Câmara dos Deputados

Anexo II - Praça dos Três Poderes

Brasília (DF) - 70160-900

Telefone: (61) 32166971

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cpd>

SUMÁRIO

Membros da Comissão	8
Apresentação	12
O que é a CPD?	14
Subcomissão Especial	16
Projetos de Lei Apreciados	18
Projetos de Lei em Tramitação	27
Requerimentos	32
Estatísticas dos Trabalhos da Comissão	41
Eventos	46
Prêmio Brasil Mais Inclusão	96
Orçamento	100
Com a Palavra...	101
Equipe Técnica da CPD	110

MEMBROS DA CPD DURANTE O ANO DE 2017

TITULARES

ADAIL CARNEIRO - PP/CE

CABO SABINO - PR/CE

CARLOS GOMES - RRB/RS

EDUARDO BARBOSA - PSDB/MG

JOÃO DERLY - Rede/RS

MANDETTA - DEM/MS

MARA GABRILLI - PSDB/SP

MARCELO ARO - PHS/MG

OTAVIO LEITE - PSDB/RJ

PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - DEM/TO

RAQUEL MUNIZ - PSD/MG

ROSINHA DA ADEFAL - Avante/AL

SUBTENENTE GONZAGA - PDT/MG

VALADARES FILHO - PSB/SE

WILSON FILHO - PTB/PB

ZENAIDE MAIA - PR/RN

MEMBROS DA CPD DURANTE O ANO DE 2017

SUPLENTES

ASSIS DO COUTO - PDT/PR

CARMEN ZANOTTO - PPS/SC

DELEGADO FRANCISCHINI - SD/PR

DELEY - PTB/RJ

DIEGO GARCIA - PHS/PR

DR. JORGE SILVA - PHS/ES

ERIKA KOKAY - PT/DF

GERALDO RESENDE - PSDB/MS

LOBBE NETO - PSDB/SP

MAURO PEREIRA - PMDB/RS

MISAEEL VARELLA - DEM/MG

PROFESSOR VISTÓRIO GALLI - PSC/MT

RONALDO CARLETTO - PP/BA

SORAYA SANTOS - PMDB/RJ

ZÉ AUGUSTO NALIN - PMDB/RJ

PRESIDENTE: CABO SABINO - PR/CE

1ª VICE-PRESIDENTE: ZENAIDE MAIA - PR/RN

2ª VICE-PRESIDENTE: MARA GABRILLI - PSDB/SP



Dep. Zenaic
1º Vice P



de Maia

Dep. Cabo S...

APRESENTAÇÃO

Com muita alegria encerramos o ano de 2017 tendo obtido grandes avanços no campo legislativo da luta em defesa dos direitos das pessoas com deficiência.

A Comissão iniciou suas atividades determinada a trabalhar incansavelmente com o firme propósito de bater os recordes de produção legislativa, e conseguiu! Firmamos esta meta com vistas a dirimir a dívida histórica de nossa sociedade com os 45,6 milhões de brasileiros com deficiência, visando a efetivação dos direitos e garantindo autonomia para o exercício pleno de cidadania, em condições de isonomia com as demais pessoas.

Assim, a nossa Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPD) alcançou avanços significativos e inéditos, seja com relação ao número de matérias apreciadas, ou à sua importância para a luta em defesa dos direitos das pessoas com deficiência. Avançamos em pautas legislativas importantes, como os diversos tipos de acessibilidade, as cotas, a educação ao longo de toda a vida e a efetivação de direitos.

Em seu terceiro ano de existência, a CPD, realizou 59 reuniões, e, sem descuidar da qualidade, deliberou 54 Projetos de Lei e 65 Requerimentos, totalizando 119 proposições apreciadas em prol da defesa dos direitos das pessoas com deficiência. Grande feito! Vale ressaltar que esse resultado tão expressivo só foi obtido graças ao esforço de cada membro deste Colegiado, que, ao longo de todo o ano de 2017, se fizeram presentes e empenhados em defender suas posições.

Merece especial destaque a conclusão bem-sucedida dos trabalhos da primeira Subcomissão a funcionar no âmbito da CPD. Trata-se da Sublibras, que foi a Subcomissão Especial que estudou, analisou, realizou seminários nas diversas regiões do Brasil e propôs

a regulamentação do exercício profissional do intérprete, guia intérprete e tradutor da Língua Brasileira de Sinais (Libras). O trabalho dessa Subcomissão resultou na aprovação de três Indicações ao Poder Executivo e na apresentação de um Projeto de Lei de autoria da CPD, os quais se constituem um marco regulatório para essas atividades profissionais.

O presente relatório é uma prestação de contas à sociedade brasileira do trabalho de cada parlamentar que compõe esta Comissão, que tive a honra de presidir, dando assim a minha contribuição e, especialmente, aprendendo mais sobre o grande valor das pessoas com deficiência.

Deputado Federal Cabo Sabino, Presidente da CPD.

O QUE É A COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA?

A Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência – CPD é uma das 25 Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados. Criada em 25 de fevereiro de 2015, por meio da Resolução nº 1/2015, a Comissão se propõe a construir um diálogo permanente com a sociedade e com o Poder Executivo para garantir os direitos das pessoas com deficiência no Brasil.

Composta por 20 membros titulares e igual número de suplentes, tem como atribuições regimentais:

- Todas as matérias atinentes às pessoas com deficiência;
- Recebimento, avaliação e investigação de denúncias relativas à ameaça ou à violação dos direitos das pessoas com deficiência;
- Pesquisas e estudos científicos, inclusive aqueles que utilizem células-tronco, que visem melhorar as condições de vida das pessoas com deficiência;
- Colaboração com entidades não governamentais, nacionais e internacionais, que atuem na defesa dos direitos das pessoas com deficiência;
- Acompanhamento de ações tomadas em âmbito internacional por instituições multilaterais, Estados estrangeiros e organizações não governamentais internacionais nas áreas da tutela da pessoa com deficiência;
- Acompanhamento da ação dos conselhos de direitos das pessoas com deficiência, instalados na União, nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios.

Ademais, o Congresso assegurou à Comissão o direito de apresentar emendas ao Orçamento da União. Um instrumento que permite, além das mudanças legais e dos debates promovidos pelo colegiado, influir diretamente na destinação dos recursos públicos em prol das pessoas com deficiência.



SUBCOMISSÃO ESPECIAL - SUBLIBRAS

Em 2017 a CPD instalou sua primeira Subcomissão: “Subcomissão Especial para discutir e propor regulamentação e outras providências afetas ao exercício profissional dos intérpretes, guia intérpretes e tradutores da Língua Brasileira de Sinais - Libras”.

O Requerimento para a criação dessa Subcomissão foi o Requerimento nº 107/2017, de autoria da Deputada Erika Kokay (PT/DF), aprovado pelo Plenário da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPD) em 17 de maio de 2017.

Dados do IBGE revelam que 1,1% da população brasileira possui algum tipo de deficiência auditiva, o que demanda a implementação de políticas públicas que possibilitem a participação e a inclusão dos surdos nos processos democráticos e assegure condições de acessibilidade, que permitam o acesso universal aos serviços e equipamentos públicos. O intérprete, guia intérprete e tradutor de Libras têm um papel fundamental na efetivação das políticas de inclusão do surdo e atua como apoio técnico imprescindível para a sua cidadania.

O Brasil reconheceu a Língua Brasileira de Sinais (Libras), por meio da Lei nº 10.436/2002, como a língua das comunidades surdas brasileiras. Reconheceu a profissão de tradutor e intérprete de Libras por meio da Lei nº 12.319/2010.

No entanto, a Lei nº 12.319/2010 não apresenta as condições e garantias necessárias para o exercício profissional com qualidade. Por esse motivo, é fundamental fazer constar carga horária, formação, áreas de atuação e outras condições fundamentais para regular a atividade profissional do intérprete, do guia intérprete e do tradutor de Libras. Com isso poderemos avançar na perspectiva de possibilitar melhores condições de acesso aos surdos brasileiros, como remuneração justa e melhores condições de trabalho e atuação.

Nesse sentido, foram objetivos desta Subcomissão: discutir propostas legislativas que assegurem o exercício profissional do intérprete, guia intérprete e do tradutor de Libras com qualidade e melhores condições de trabalho; dialogar com o Poder Público, especialmente com o Ministério da Educação, acerca do exame de proficiência em Tradução e Interpretação de Libras - Língua Portuguesa; e debater o processo de formação. Para tanto, a Subcomissão promoveu audiências públicas com representantes das cinco Regiões do Brasil, colhendo informações e contribuições para a construção do seu Relatório Final.



Dep. Erika Kokay (PT/DF) e Dep. Rosinha da Adefal (AVANTE/AL).

Compuseram a Subcomissão, os seguintes membros da CPD:

PARLAMENTAR	PARTIDO/UF
ERIKA KOKAY (PRESIDENTE)	PT/DF
ROSINHA DA ADEFAL (RELATORA)	Avante/AL
ZENAIDE MAIA	PR/RN
OTÁVIO LEITE	PSDB/RJ
EDUARDO BARBOSA	PSDB/MG
CARLOS GOMES	PRB/RS

A Deputada Rosinha da Adefal (Avante/AL), Relatora da Subcomissão, apresentou seu Relatório final, que foi aprovado, por unanimidade, pelos membros da CPD no dia 13 de dezembro de 2017. E, em consonância o texto aprovado, a CPD enviou três Indicações ao Poder Executivo e apresentou um Projeto de Lei, de sua autoria, que se constitui em um marco regulatório para a profissão dos intérpretes, guia intérpretes e tradutores de Libras.

Trata-se da conclusão bem sucedida dos trabalhos da primeira Subcomissão a funcionar no âmbito da CPD.

PROJETOS DE LEI APRECIADOS EM 2017 PELA CPD

O ano legislativo de 2017 foi digno de comemoração para a defesa dos direitos das pessoas com deficiência.

A Comissão apreciou o mérito de 54 Projetos de Lei, superando o número de proposições apreciadas em um ano, que era de 40 Projetos de Lei, no ano de 2016.

Os Projetos de Lei (PL) deliberados foram:

PL Nº 7332/2014 - ANDRÉ FIGUEIREDO - Altera o art. 21-A da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre a manutenção do benefício de prestação continuada para a pessoa com deficiência que exerça atividade remunerada, inclusive na condição de microempreendedor individual, com rendimentos de até dois salários mínimos mensais.

Aprovado o Parecer.

Parecer do Relator, Dep. Misael Varella (DEM-MG), pela aprovação deste, do PL 1662/2015, e do PL 1854/2015, apensados, com substitutivo. Em 29/03/17.

PL Nº 4121/2015 - MARCELO BELINATI - Acrescenta o parágrafo único no art. 12 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para determinar a obrigatoriedade dos

cardápios em Braille nos bares, restaurantes, lanchonetes, hotéis e estabelecimentos similares.

Aprovado o Parecer.

Parecer do Relator, Dep. Subtenente Gonzaga (PDT-MG), pela aprovação deste, com substitutivo. Em 05/04/17.

PL Nº 3502/2015 - ARTHUR VIRGÍLIO BISNETO - Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir que doações realizadas a centros de treinamento de cães-guia, qualificados como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, possam ser deduzidas do Imposto de Renda das Pessoas Físicas, nas condições que especifica.

Aprovado o Parecer com Complementação de Voto.

Parecer do Relator, Dep. Diego Garcia (PHS-PR), pela aprovação. Em 03/05/17.

PL Nº 5372/2016 - CARLOS BEZERRA - Altera o art. 126 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para que o condenado com deficiência possa remir parte do tempo de execução de pena quando o seu cumprimento se der em estabelecimento

prisional não dotado de acessibilidade e dá outras providências.

Aprovado o Parecer.

Relatora, Dep. Zenaide Maia, acata parecer do relator anterior, Dep. Rubens Otoni (PT-GO), pela aprovação do PL 5.372/2016, com substitutivo. Em 03/05/17.

PL Nº 5543/2016 - ARNALDO FARIA DE SÁ - Acrescenta artigo à Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para sobre a Semana de Inclusão da Pessoa com Deficiência no Trabalho e no Emprego.

Aprovado o Parecer.

Relatora, Dep. Zenaide Maia, acata parecer do relator anterior, Dep. Roberto Alves (PRB-SP), pela aprovação. Em 03/05/17.

PL Nº 6277/2016 - FELIPE BORNIER - Isenta a cobrança de impostos de importação de produtos destinados as pessoas com deficiência.

Aprovado o Parecer.

Parecer da Relatora, Dep. Rosinha da Adefal (PTdoB-AL), pela aprovação deste, e do PL 6652/2016, apensado, com substitutivo. Em 03/05/17.

PL Nº 3729/2015 - ALFREDO NASCIMENTO

- Acrescenta o inciso VI ao art. 27 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 - Lei de Licitações, para incluir a necessidade de empresas com 100 (cem) ou mais empregadas, preencherem de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com pessoas com deficiência, como requisito para a habilitação em licitações e dá outras providências.

Aprovado o Parecer.

Parecer da Relatora, Dep. Carmen Zanotto, pela aprovação do PL nº 3.729/2015, com substitutivo. Em 17/05/17.

PL Nº 5148/2016 - RENATO MOLLING - Modifica o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre o exame de aptidão física e mental da pessoa com deficiência.

Aprovado o Parecer.

Parecer do Relator, Dep. Valadares Filho (PSB-SE), pela aprovação. Em 17/05/17.

PL Nº 4162/2015 - MARCELO BELINATI - Acrescenta o parágrafo único no art. 57 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para determinar que as empresas que comercializam roupas deverão ter ao menos um provador adaptado para pessoas com deficiência.

Aprovado o Parecer.

Parecer do Relator, Dep. Adail Carneiro (PP/CE), pela aprovação deste e do PL

Nº 5.593/2016, apensado, na forma do Substitutivo aprovado na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços. Em 31/05/17.

PL Nº 4810/2016 - RAFAEL MOTTA - Altera o Art. 24, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Aprovado o Parecer.

Parecer do Relator, Dep. Eduardo Barbosa (PSDB-MG), pela aprovação, com emenda de Relator. Em 31/05/17.

PL Nº 4815/2012 - MARA GABRILLI - Acrescenta o art. 24-D à Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para instituir o Serviço de Apoio Especializado para Atividades da Vida Diária, destinado a pessoas com deficiência severa ou doenças raras com grande restrição de movimentos, com o objetivo de garantir sua autonomia e independência pessoal.

Aprovado o Parecer.

Parecer do Relator, Dep. Cabo Sabino (PR-CE), pela aprovação deste, na forma do Substitutivo adotado pela Comissão de Seguridade Social e Família. Em 07/06/17.

PL Nº 7333/2014 - VALADARES FILHO - Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para dispor sobre a acessibilidade de pessoas com deficiência ou com mobilidade

reduzida a lan houses, cybercafés e demais estabelecimentos de prestação de serviços de internet.

Parecer com Complementação de Voto, Dep. Zé Augusto Nalin (PMDB-RJ), pela aprovação deste e do Substitutivo adotado pela Comissão de Seguridade Social e Família. Em 07/06/17.

PL Nº 508/2011 - SENADO FEDERAL - AUGUSTO BOTELHO - Acrescenta incisos ao art. 59 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para assegurar o acesso escolar ao educando cuja deficiência o impede de frequentar estabelecimentos de ensino.

Aprovado o Parecer.

Parecer da Relatora, Dep. Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO), pela aprovação. Em 28/06/17.

PL Nº 1118/2011 - EDUARDO BARBOSA - Acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para estabelecer que a pessoa com deficiência seja considerada idosa com idade igual ou superior a quarenta e cinco anos.

Aprovado o Parecer.

Parecer da Relatora, Dep. Mara Gabrilli (PSDB-SP), pela aprovação deste, na forma do Substitutivo aprovado pela Comissão de

Seguridade Social e Família. Em 28/06/17.

PL Nº 3513/2015 - SENADO FEDERAL - JAYME CAMPOS - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para dispor sobre o fornecimento de versão em áudio de manual de instruções de produto e de normas de prestação de serviço.

Aprovado o Parecer.

Parecer do Relator, Dep. Mandetta (DEM-MS), pela aprovação. Em 28/06/17.

PL Nº 7127/2017 - CELSO RUSSOMANNO - Estabelece como circunstância agravante dos crimes tipificados no Código de Defesa do Consumidor o seu cometimento contra pessoa portadora de qualquer tipo de deficiência, interdita ou não.

Aprovado o Parecer.

Parecer do Relator, Dep. Otavio Leite (PSDB-RJ), pela aprovação, com emendas de Relator nº 1, nº 2 e nº 3. Em 28/06/17.

PL Nº 7435/2017 - SENADO FEDERAL - SANDRA BRAGA - Altera a Lei nº 8.686, de 20 de julho de 1993, para estabelecer novo valor para a pensão especial devida à pessoa com a deficiência física conhecida como Síndrome da Talidomida, instituída pela Lei nº 7.070, de 20 de dezembro de 1982.

Aprovado o Parecer.

Parecer da Relatora, Dep. Mara Gabrilli (PSDB-SP), pela aprovação do PL nº 7.435/2017. Em 28/06/17.

PL Nº 4318/2016 - MARA GABRILLI - Altera a Lei nº 13.146, de 2015, para garantir o tratamento igualitário da pessoa com deficiência auditiva na aprendizagem da condução de veículo automotor em centros de formação de condutores.

Aprovado o Parecer.

Parecer da Relatora, Dep. Rosinha da Adefal (PTdoB-AL), pela aprovação deste. Em 05/07/17.

PL Nº 6559/2016 - EDUARDO BARBOSA - Altera o art. 59 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação mínima dos profissionais de apoio escolar previstos no art. 28, XVII, da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Aprovado o Parecer.

Parecer da Relatora, Dep. Rosinha da Adefal (PTdoB-AL), pela aprovação. Em 05/07/17.

PL Nº 7290/2017 - LUIZIANNE LINS - Dá

nova redação ao art. 80 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para ampliar as condições de universalização dos serviços de telecomunicações no que tange às pessoas com deficiência.

Aprovado o Parecer.

Parecer da Relatora, Dep. Rosinha da Adefal (PTdoB-AL), pela aprovação. Em 05/07/17.

PL Nº 7426/2017 - RÔMULO GOUVEIA - Acrescenta dispositivo à Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para tornar obrigatória a elaboração de estatísticas sobre violência contra a pessoa com deficiência.

Aprovado o Parecer.

Parecer do Relator, Dep. Cabo Sabino (PR-CE), pela aprovação. Em 05/07/17.

PL Nº 4527/2008 - OTAVIO LEITE - Institui o dia 14 de dezembro, como Dia Nacional do Movimento de Vida Independente.

Aprovado o Parecer.

Parecer do Relator, Dep. Lobbe Neto (PSDB-SP), pela aprovação nos termos do substitutivo da Comissão de Educação. Em 12/07/17.

PL Nº 6599/2016 - PAULO AZI - Dispõe sobre a gratuidade da renovação do documento de habilitação para deficientes, alterando a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que

institui o Código de Trânsito Brasileiro.

Aprovado o Parecer.

Parecer da Relatora, Dep. Carmen Zanotto (PPS-SC), pela aprovação, com emenda. Em 12/07/17.

PL Nº 1993/2015 - MARIANA CARVALHO - Dispõe sobre a dispensa de revista dos portadores de próteses metálicas por portas magnéticas ou dispositivos de segurança semelhantes.

Aprovado o Parecer.

Parecer do Relator, Dep. Delegado Francischini (SD/PB), pela aprovação do PL nº 1.993/2015 e dos PL's nº 4.911/2016 e nº 6.296/2016, apensados, com Substitutivo. Em 09/08/17.

PL Nº 4344/2016 - ATILA A. NUNES - cria o programa "literatura para todos", visando a inclusão social de pessoas com deficiência auditiva e/ou visual

Aprovado o Parecer.

Parecer da Relatora, Dep. Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO), pela aprovação. Em 09/08/17.

PL Nº 5803/2016 - RAFAEL MOTTA - Altera o Art. 35, da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.

Aprovado o Parecer.

Parecer do Relator, Dep. Wilson Filho (PTB-

PB), pela aprovação. Em 09/08/17.

PL Nº 3274/2015 - SENADO FEDERAL - VANESSA GRAZZIOTIN - Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para determinar que as locadoras de veículos presentes em aeroportos das capitais brasileiras disponham de veículos adaptados às pessoas com deficiência física e que, no caso das pessoas com mobilidade reduzida, os veículos sejam entregues no próprio aeroporto.

Aprovado o Parecer.

Parecer da Relatora, Dep. Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO), pela aprovação deste, e do PL 4334/2012, apensado, com substitutivo. Em 16/08/17.

PL Nº 4056/2015 - MOEMA GRAMACHO - Dispõe sobre a colocação de brinquedos para portadores de necessidades especiais em parques, praças e outras localidades públicas que são destinados à prática de esporte e lazer.

Aprovado o Parecer.

Parecer do Relator, Dep. Subtenente Gonzaga (PDT-MG), pela aprovação, com substitutivo. Em 16/08/17.

PL Nº 4108/2015 - MARCELO BELINATI - Altera o texto do caput e do parágrafo único do art. 7º, da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro

de 2000, para instituir a obrigatoriedade da reserva de vagas de estacionamento em condomínios para pessoas com deficiência que importe em dificuldade de locomoção.

Aprovado o Parecer.

Parecer da Relatora, Dep. Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO), pela aprovação deste, na forma do Substitutivo aprovado pela Comissão de Desenvolvimento Urbano. Em 16/08/17.

PL Nº 7682/2017 - SENADO FEDERAL - WELLINGTON FAGUNDES - Acrescenta § 3º ao art. 24 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para permitir a flexibilização da frequência mínima exigida na educação básica, nos níveis fundamental e médio, dos educandos com deficiência ou transtornos globais do desenvolvimento.

Aprovado o Parecer.

Parecer da Relatora, Dep. Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO), pela aprovação. Em 16/08/17.

PL Nº 1227/2015 - IRACEMA PORTELLA - Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, de diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a acessibilidade ao sistema escolar das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Aprovado o Parecer.

Parecer da Relatora, Dep. Erika Kokay (PT-DF), pela aprovação deste, nos termos do substitutivo adotado pela Comissão de Desenvolvimento Urbano. Em 23/08/17.

PL Nº 5562/2016 - PROFESSOR SÉRGIO DE OLIVEIRA - Obriga as empresas prestadoras do serviço de telefonia a cadastrarem pessoa indicada pelo deficiente auditivo, surdo-mudo ou visual para fins de representação ou teleatendimento.

Aprovado o Parecer.

Parecer da Relatora, Dep. Erika Kokay (PT/DF), pela aprovação, com Substitutivo. Em 13/09/17.

PL Nº 6762/2016 - RENATA ABREU - Dispõe sobre a aplicação de alíquota zero da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins na importação e na venda no mercado interno de plataformas elevatórias de acessibilidade e dispõe sobre subvenção econômica na aquisição dessas plataformas.

Aprovado o Parecer.

Parecer do Relator, Dep. Marcelo Aro (PHS-MG), pela aprovação deste e da Emenda

Adotada pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços - CDEICS. Em 13/09/17.

PL Nº 7607/2017 - SENADO FEDERAL - ROMÁRIO - Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para prever a obrigatoriedade do desenvolvimento e da implementação de programas, projetos e ações de atendimento educacional de jovens e adultos com deficiência.

Aprovado o Parecer.

Parecer do Relator, Dep. Assis do Couto (PDT-PR), pela aprovação. Em 13/09/17.

PL Nº 7802/2017 - RÔMULO GOUVEIA - Obriga as sociedades seguradoras de veículos que oferecem assistência de carro reserva a seus segurados, oferecerem opção de carro reserva adaptado para pessoas com deficiência.

Aprovado o Parecer.

Parecer da Relatora, Dep. Rosinha da Adefal (PTdoB-AL), pela aprovação. Em 13/09/17.

PLNº7001/2017 - CABO SABINO - Determina aos supermercados e aos estabelecimentos congêneres a discriminação dos preços em braile.

Aprovado o Parecer.

Parecer com Complementação de Voto, Dep. Zenaide Maia (PR-RN), pela aprovação deste e das Emendas 1 e 2 Adotadas pela Comissão de Defesa do Consumidor - CDC, com Substitutivo. Em 29/11/17.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR (PLP)

Nº 359/2017 - ERIVELTON SANTANA - Acrescenta artigos ao Capítulo IV, da Lei n. 4.595, de 31 de dezembro de 1964, para dispor sobre a relação entre as instituições financeiras e demais entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e o consumidor de produtos e serviços.

Aprovado o Parecer, com alterações formais propostas pelo Dep. Eduardo Barbosa (PSDB/MG).

Parecer do Relator, Dep. Cabo Sabino (PR-CE), pela aprovação. Em 29/11/17.

PL Nº 7632/2017 - CABO SABINO - Acrescenta o § 14 ao art. 29 do Decreto-lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976.

Aprovado o Parecer.

Parecer da Relatora, Dep. Rosinha da Adefal (PTdoB-AL), pela aprovação. Em 29/11/17.

PL Nº 7782/2017 - AUREO - Dispõe sobre o estelionato praticado contra pessoas com deficiência.

Aprovado o Parecer.

Parecer do Relator, Dep. Eduardo Barbosa (PSDB-MG), pela aprovação, com emenda. Em 29/11/17.

PL Nº 8016/2017 -ALAN RICK - Altera a Alínea "f" do parágrafo 3º do artigo 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para que os projetos cinematográficos e videofonográficos possuam meios de inclusão e acesso à cultura de pessoas deficientes.

Aprovado o Parecer.

Parecer do Relator, Dep. Valadares Filho (PSB-SE), pela aprovação. Em 29/11/17.

PL Nº 8482/2017 - VICTOR MENDES - Dispõe sobre a obrigatoriedade da presença de comissário de bordo fluente na linguagem brasileira dos sinais-Libras, em todos os voos domésticos, quando solicitados pelo passageiro e dá outras disposições.

Aprovado o Parecer.

Parecer da Relatora, Dep. Zenaide Maia (PR-RN), pela aprovação. Em 29/11/17.

PL Nº 5748/2016 - FELIPE BORNIER - Obriga o atendimento preferencial nos estabelecimentos às pessoas com Autismo. Rejeitada em 20/06/17.

PL Nº 607/2015 - MARCELO BELINATI

- Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho 1990, para garantir direitos das crianças e adolescentes portadores de deficiência com mobilidade prejudicada, acrescentando os parágrafos 3º e 4º no seu art. 11; definindo especificamente o fornecimento de cadeiras de rodas como recurso relativo ao tratamento, habilitação ou reabilitação.

PL Nº 6674/2016, apensado.

Rejeitada em 05/07/17.

PL Nº 3687/2015 - RONALDO CARLETTO - Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que "Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para definir os tipos de deficiência."

Rejeitada em 05/07/17.

PL Nº 3002/2015 - MAJOR OLIMPIO - Acresce artigo à Lei 11.442, de 05 de janeiro de 2007, que dispõe sobre o transporte rodoviário de cargas por conta de terceiros e mediante remuneração.

Rejeitada em 29/11/17.

PL Nº 6518/2016 - ANTONIO BULHÕES - Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para dispor sobre barreiras arquitetônicas em templos religiosos.
Rejeitada em 29/11/17.

PROJETOS DE LEI EM TRAMITAÇÃO NA CPD

PL 117/2011 - HUGOLEAL - Altera dispositivos da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências, para elevar para ½ (meio) salário mínimo per capita para concessão do benefício de prestação continuada e dos benefícios eventuais. APENSADOS: PL 130/2011, PL 289/2011, PL 6166/2013, PL 561/2011, PL 7934/2017, PL 747/2011, PL 911/2011, PL 1389/2011, PL 1629/2011, PL 7608/2014, PL 2238/2011, PL 2543/2011, PL 3035/2011, PL 5836/2013, PL 6489/2013, PL 8150/2014, PL 2266/2015, PL 3888/2015, PL 7588/2017, PL 1132/2015, PL 2429/2015, PL 8575/2017.

PL 5576/2016 - PROFESSOR VICTÓRIO GALLI - Institui o serviço de transporte privado individual de passageiros em Taxi e Uber adaptado para pessoa cadeirante.

PL 7801/2017 - RÔMULO GOUVEIA - Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, para obrigar a manutenção regular e a vistoria anual dos veículos de transporte coletivo adaptados e o treinamento de seus operadores.

PL 8523/2017 - AUREO - Institui o Indicador

de Inclusão e o Prêmio de Inclusão para os Municípios que sejam bem avaliados pela Lei 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

PL 9133/2017 - HELDER SALOMÃO - Acrescenta parágrafo único ao art. 7º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, de forma a prever a suspensão de credenciamento pra instituições que negarem matrícula de educandos.

PL 9284/2017 - PEPE VARGAS - Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre o tempo adicional na prova teórica para obtenção do documento de habilitação.

PL 3697/2012 - MARCO TEBALDI - Dispõe sobre o programa de agendamento de consultas e entrega domiciliar de medicamentos de uso contínuo às pessoas portadoras de necessidades especiais e idosos em todo o território nacional, e dá outras providências. APENSADOS: PL 5612/2013, PL 3951/2015 e PL 6773/2016.

PL 1844/2015 - VENEZIANO VITAL DO RÊGO - Altera a Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004, que “Dispõe sobre a oferta e as formas de afixação de preços de produtos e serviços para o consumidor”.

PL 2130/2015 - MARA GABRILLI - Institui o auxílio-inclusão a ser pago à pessoa com deficiência que exerça atividade remunerada que a enquadre como segurada obrigatória do Regime Geral de Previdência Social ou como filiada a Regime Próprio de Previdência de todas as esferas de Governo. APENSADO: PL 4410/2016.

PL 2157/2015 - MARCELO BELINATI - Institui o Cadastro Nacional de Pessoas com Deficiência como medida para facilitar a adoção de medidas de apoio por parte do poder público e providências que busquem melhorar suas condições, possibilitando ainda, um atendimento otimizado a esses cidadãos.

PL 2974/2015 - RÔMULO GOUVEIA - Acrescenta o art. 47-A à Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, e o art. 21-A à Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para criar serviços telefônicos gratuitos de emergência para o atendimento a idosos e a pessoas

portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. APENSADO: PL 3577/2015.

PL 5083/2016 - MARA GABRILLI - Dispõe sobre Intervenção Assistida por Animais - IAA e utilização de animais de intervenção assistida. APENSADOS: PL 6741/2016, PL 7723/2017.

PL 6054/2016 - ILDON MARQUES - Dispõe sobre a classificação da visão monocular como deficiência visual. APENSADO: PL 7005/2017.

PL 6190/2016 - ERIKA KOKAY - Dispõe sobre a valorização e o empoderamento das pessoas com deficiência nas peças publicitárias de órgãos da Administração Pública direta e indireta.

PL 6338/2016 - MARCOS SOARES - Estabelece critérios para a caracterização da deficiência auditiva.

PL 6645/2016 - RÔMULO GOUVEIA - Institui o agendamento específico para renovação de laudo médico de pessoas com deficiência no SUS.

PL 6646/2016 - RÔMULO GOUVEIA - Insere

na Declaração de Nascido Vivo o termo deficiência.

PL 6923/2017 - ROSINHA DA ADEFAL - Acrescenta artigo à Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão), para dispor sobre as campanhas de conscientização pública a que se refere o art. 8º da Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, aprovada pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. APENSADOS: PL 6972/2017, PL 8553/2017, PL 7105/2017.

PL 7240/2017 - MARA GABRILLI - Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados para aquisição efetuada com interstício menor de 2 anos, nas condições que determina.

PL 7750/2017 - AUREO - Dispõe sobre a utilização do símbolo internacional de acessibilidade; modifica a Lei nº 7.405, de 12 de novembro de 1985, e dá outras providências.

PL 7956/2017 - FELIPE BORNIER - Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para dispor sobre a criação de Centros de Acolhimento ao Deficiente nos Municípios

com mais de duzentos mil habitantes.

PL 8120/2017 - MARIANA CARVALHO - Altera o § 2º do art. 69 da Lei 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, para fins de obrigar os fornecedores de produtos e serviços a treinarem profissionais aptos e disponíveis ao atendimento de pessoas com deficiência.

PL 8507/2017 - LINCOLN PORTELA - Altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para reduzir a zero a alíquota da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a receita bruta de prestação de serviço de adaptação de veículos ao transporte de pessoas com deficiência.

PL 8779/2017 - CABO SABINO - Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para determinar a disponibilização de leitos apropriados para pessoas com deficiência de locomoção ou mobilidade reduzida em hotéis, motéis, albergues, pousadas e assemelhados, além de definir a norma padrão de acessibilidade a ser seguida, e dá outras providências.

PL 8786/2017 - MARCOS MEDRADO - Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, na aquisição de pneus por pessoas portadoras de deficiência física, visual, mental severa ou profunda, ou autistas, conforme a Lei nº. 8.989, de 24 de fevereiro de 1995.

PL 8977/2017 - CÉLIO SILVEIRA - Altera o art. 24, inciso XX, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, a fim de disciplinar a hipótese de licitação dispensável na contratação de associação de pessoas com deficiência.

PL 8997/2017 - CABO SABINO - Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para dispor sobre a produção de publicações em Braille no território nacional.

PL 1784/2011 - SENADO FEDERAL - PAULO PAIM - Altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, para inserir o incentivo ao empreendedorismo entre as medidas de apoio às pessoas com deficiência e para atualizar a terminologia da lei relativa a essa clientela. APENSADO: PL 1873/2011.

PL 535/2015 - CARLOS GOMES - Assegura

às pessoas com deficiência auditiva o direito a atendimento por tradutor ou interprete de LIBRAS nos órgãos e entidades da administração pública, direta e indireta, fundacional e nas empresas concessionárias de serviços públicos. APENSADOS: PL 2230/2015, PL 3153/2015, PL 2637/2015, PL 3320/2015, PL 4440/2016.

PL 1084/2015 - ROBERTO ALVES - Torna obrigatória a disponibilização de cadeiras de roda em escolas públicas de todo o território nacional.

PL 5260/2016 - CARLOS BEZERRA - Altera o § 3º do artigo 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para permitir que a contratação de aprendiz com deficiência seja considerada na verificação do cumprimento da reserva de vagas de emprego às pessoas com deficiência. APENSADO: PL 6707/2016.

PL 6575/2016 - CARMEN ZANOTTO - Altera a Lei nº 7.853, de 24 de julho de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas,

disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.

PL 6860/2017 - RÔMULO GOUVEIA - Dispõe sobre a acessibilidade a eventos realizados ao ar livre; altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

PL 7212/2017 - AUREO - Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB) para dispor sobre o cargo de Professor de Apoio Especializado em Educação Especial para atendimento ao aluno deficiente e dá outras providências.

PL 7443/2017 - EVANDRO ROMAN - Altera o art. 1º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995 alterada pela Lei n.º 10.754, de 31 de outubro de 2003, para inclui os deficientes auditivos entre os beneficiários da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de automóveis. APENSADO: PL 8643/2017.

PL 8525/2017 - AUREO - Estabelece a oferta de bolsas de estudo para deficientes pela Rede de Ensino Privada.

PLP 168/2015 - INDIO DA COSTA - Altera o § 2º. do art. 21 da Lei 8.212, de 24 de julho de

1991, que dispõe sobre o Plano de Custeio da Previdência Social, para estabelecer alíquota diferenciada de contribuição para as pessoas com deficiência, incluindo os autistas, inscritos como segurados facultativos; insere o §5º. no art. 48 da Lei 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social, para reduzir a idade mínima para concessão de aposentadoria por idade às pessoas com deficiência filiadas como segurados facultativos e altera o art. 20 da Lei 8.742, de 07 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica de Assistência Social, para inserir no rol de beneficiários os autistas.

REQUERIMENTOS

REQUERIMENTO Nº 89/2017 - da Sr^a. Rosinha da Adefal - Requer a realização de Seminário da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoa com Deficiência, a fim de debater a "A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 287 de 2016, que trata da Reforma da Previdência, mais especificamente sobre a desvinculação do valor do salário mínimo ao valor do Benefício de Prestação Continuada-BPC e assuntos relacionados a deficiência. "

REQUERIMENTO Nº 90/2017 - da Sr^a. Erika Kokay - Com fundamento no disposto no art. 255 do Regimento Interno, requeremos a realização de Audiência Pública nesta Comissão dos Direitos das Pessoas com Deficiência, com vistas a discutir os impactos da reforma previdenciária nos direitos das pessoas com deficiência.

REQUERIMENTO Nº 91/2017 - da Sr^a. Erika Kokay - Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão com vistas a discutir a situação e contratação de tradutor e intérprete de Libras nas instituições federais de ensino.

REQUERIMENTO Nº 92/2017 - do Sr. Eduardo Barbosa - Requer a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Seguridade Social e Família, para debater a regulamentação do § 11 do art. 20 da Lei Orgânica de Assistência Social.

REQUERIMENTO Nº 93/2017 - do Sr. Eduardo Barbosa - Requer a realização de seminário internacional para debater a educação ao longo da vida, em conjunto com a Comissão de Educação.

REQUERIMENTO Nº 94/2017 - do Sr. Delegado Francischini - Requer a realização de Audiência Pública da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência para debater a inserção de autistas no mercado de trabalho

REQUERIMENTO Nº 95/2017 - do Sr. Cabo Sabino - Requer a realização de Encontros nos Municípios de Juazeiro do Norte e Quixadá, ambos no Estado de Ceará, para debater o impacto da Reforma da Previdência para pessoas com deficiência.

REQUERIMENTO Nº 96/2017 - do Sr. Cabo Sabino - Solicita que sejam instituídos os encontros denominados "Gente da Gente" da Comissão de Defesa das Pessoas com Deficiência com ativistas e gestores de organizações da sociedade civil para debater assuntos de interesse das Pessoas com Deficiência, estabelecendo um espaço permanente de diálogo.

REQUERIMENTO Nº 97/2017 - da Sr^a. Mara Gabrilli - Requer que esta Comissão realize Seminário do Dia Mundial da Esclerose Lateral Amiotrófica (ELA) a ser realizado no dia 20 de junho de 2017.

REQUERIMENTO Nº 98/2017 - da Sr^a. Carmen Zanotto - Requer criação de Subcomissão Permanente para monitoramento do cumprimento da Lei Berenice Piana.

REQUERIMENTO Nº 99/2017 - do Sr. Eduardo Barbosa - Requer seja realizada Reunião de Audiência Pública em conjunto com a Comissão de Educação em comemoração ao Dia Mundial da Conscientização do Autismo, com o tema "Os desafios na escola e no trabalho para o autista".

REQUERIMENTO Nº 100/2017 - da Sr^a.

Rosinha da Adefal - Requer a realização de Seminário da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, a fim de debater sobre o tema MÍDIA E PESSOA COM DEFICIÊNCIA - AVANÇANDO NA INCLUSÃO

REQUERIMENTO Nº 101/2017 - do Sr. Cabo Sabino - Requer a realização de Seminário da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, a fim de debater importância do Esporte para pessoas com Deficiência.

REQUERIMENTO Nº 102/2017 - da Sr^a. Erika Kokay - Com fundamento no disposto no art. 255 do Regimento Interno, requeremos a realização de Audiência Pública nesta Comissão dos Direitos das Pessoas com Deficiência, vistas a discutir medidas relacionadas à Educação Precoce-Atendimento Especializado à Criança de 0 a 3 anos, com necessidades educacionais especiais.

REQUERIMENTO Nº 103/2017 - da Sr^a. Rosinha da Adefal - Requer a realização de audiência pública para tratar sobre o infanticídio indígena.

REQUERIMENTO Nº 104/2017 - da Sr^a. Rosinha da Adefal - Requer a realização de

audiência pública para tratar sobre o aborto de fetos com microcefalia e a importância da criação do dia nacional da conscientização da microcefalia.

REQUERIMENTO Nº 105/2017 - do Sr. Eduardo Barbosa - Requer a realização de Seminário, em conjunto com a Comissão de Educação, para debater a distribuição e a aplicação dos recursos da dupla matrícula do Fundeb e seu impacto nas estratégias de educação das pessoas com deficiência e com altas habilidades/superdotação.

REQUERIMENTO Nº 106/2017 - do Sr. Cabo Sabino - Requer a realização de Encontros nos Municípios de Canindé, Caucaia, Limoeiro do Norte e Pindoretama, ambos no Estado de Ceará, para debater o impacto da Reforma da Previdência para pessoas com deficiência.

REQUERIMENTO Nº 107/2017 - da Sr^a. Erika Kokay - Requer a criação de Subcomissão Especial para discutir e propor regulamentação e outras providências afetas ao exercício profissional dos intérpretes, guia intérpretes e tradutores da Língua Brasileira de Sinais - Libras.

REQUERIMENTO Nº 108/2017 - da Sr^a. Raquel Muniz - Requer a realização de Audiência Pública para discutir o transtorno do espectro autista.

REQUERIMENTO Nº 109/2017 - do Sr. Lobbe Neto - Requer a realização de Audiência Pública para discussão da situação atual da implantação de recursos de acessibilidade para deficientes visuais nos meios de comunicação eletrônica.

REQUERIMENTO Nº 110/2017 - da Sr^a. Mara Gabrielli - Requer a realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas Idosas para debater a mobilidade e acessibilidade urbana para pessoas idosas e pessoas com deficiência.

REQUERIMENTO Nº 111/2017 - da Sr^a. Erika Kokay - Requer a realização de audiência pública na Comissão dos Direitos das Pessoas com Deficiência para debater a readaptação dos profissionais de segurança com deficiência.

REQUERIMENTO Nº 112/2017 - da Sr^a. Erika Kokay - Requer a realização de

audiência pública para debater a situação das políticas de saúde mental de crianças e adolescentes no Distrito Federal.

REQUERIMENTO Nº 113/2017 - da Sr^a. Mara Gabrielli - Requer a realização de evento em comemoração pelo Dia Internacional da Pessoa com Deficiência.

REQUERIMENTO Nº 114/2017 - do Sr. Carlos Gomes - Requer a inclusão na lista de Convidados do Requerimento Nº 109/2017 a autoridade proposta.

REQUERIMENTO Nº 115/2017 - da Sr^a. Mara Gabrielli - Requer a realização de audiência pública sobre a empregabilidade das pessoas com deficiências não aparentes.

REQUERIMENTO Nº 116/2017 - do Sr. Subtenente Gonzaga - Requer realização de audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 3.002, de 2015, que "Acresce artigo à Lei 11.442, de 05 de janeiro de 2007, que dispõe sobre o transporte rodoviário de cargas por conta de terceiros e mediante remuneração", com a presença de entidades e especialista envolvidos com o tema.

REQUERIMENTO Nº 117/2017 - do Sr. Eduardo Barbosa - Requer seja realizada Reunião de Audiência Pública para debater sobre saúde e qualidade de vida para pacientes com lesão medular.

REQUERIMENTO Nº 118/2017 - do Sr. Eduardo Barbosa - Requer seja realizada Reunião de Audiência Pública para debater a instituição do Dia Nacional das Pessoas Surdocegas.

REQUERIMENTO Nº 119/2017 - do Sr. Professor Victório Galli - Requer a realização de Audiência Pública, em conjunto com a Comissão de Seguridade Social e Família e a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, com o objetivo de apresentar as inovações tecnológicas do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em virtude das comemorações dos 27 anos do Instituto. Para esta audiência, serão convidados, o Sr. LEONARDO GADELHA - Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social e o Sr. JOBSON DE PAIVA SILVEIRA SALES - Diretor de Atendimento do INSS.

REQUERIMENTO Nº 120/2017 - da Sr^a. Carmen Zanotto - Requer a realização

de audiência pública em conjunto com as Comissões de Seguridade Social e Família e de Defesa dos Direitos das Pessoa Idosa para debater sobre saúde auditiva.

REQUERIMENTO Nº 121/2017 - do Sr. Adail Carneiro - Requer a realização de Audiência Pública para debater o Projeto de Lei nº, 2.157, de 2015, que "Institui o Cadastro Nacional de Pessoas com Deficiência como medida para facilitar a adoção de medidas de apoio por parte do poder público e providências que busquem melhorar suas condições, possibilitando ainda, um atendimento otimizado a esses cidadãos".

REQUERIMENTO Nº 122/2017 - do Sr. Diego Garcia - Requer aprovação de Moção de Repúdio aos esforços empreendidos pelo Tribunal Europeu de Direitos Humanos na aprovação da eutanásia do bebê Charlie Gard, em Londres, contra a vontade dos pais.

REQUERIMENTO Nº 123/2017 - da Sr^a. Rosinha da Adefal - Requer a realização de Seminário da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoa com Deficiência em Maceió/AL, a fim de debater os avanços e conquistas dos dois anos de sanção da LBI.

REQUERIMENTO Nº 124/2017 - da Sr^a.

Mara Gabrielli - Requer a realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Seguridade Social e Família para discutir a atenção aos portadores de Síndrome pós-poliomielite no âmbito do Sistema Único de Saúde.

REQUERIMENTO Nº 125/2017 - do Sr. Assis do Couto - Requer a realização, pela Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, de reunião de audiência pública para debater a respeito de assuntos relacionados aos trabalhadores lesionados, representados pela Associação em Defesa dos Lesionados no Trabalho - ADLT.

REQUERIMENTO Nº 126/2017 - do Sr. Marcelo Aro - Requer a designação de representantes desta Comissão dos Direitos das Pessoas com Deficiência no IX Congresso Internacional Síndrome Cornélia de Lange.

REQUERIMENTO Nº 127/2017 - da Sr^a. Mara Gabrielli - Requer a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Seguridade Social e Família, sobre a acromegalia.

REQUERIMENTO Nº 128/2017 - da Sr^a. Mara Gabrielli - Requer a realização de Audiência Pública para discutir as avaliações

de deficiência realizadas pelo INSS, tanto no aspecto médico, quanto social.

REQUERIMENTO Nº 129/2017 - da Sr^a. Rosinha da Adefal - Requer seja submetida Consulta ao Tribunal de Contas da União sobre acompanhante de agente público, com deficiência, ser membro da família, não caracterizar prática de nepotismo.

REQUERIMENTO Nº 130/2017 - da Sr^a. Rosinha da Adefal - Requer a realização de audiência no âmbito da Comissão dos Direitos das Pessoas com Deficiência para debater o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade - TDAH.

REQUERIMENTO Nº 131/2017 - da Sr^a. Mara Gabrielli - Requer a realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional - CREDN para debater a 10^a Sessão da Conferência dos Estados Partes da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da Organização das Nações Unidas.

REQUERIMENTO Nº 132/2017 - do Sr. Carlos Gomes - Requer envio de convite ao Ministro da Educação para prestar esclarecimentos sobre a falta de intérpretes

de Libras, a Língua Brasileira de Sinais, no IFRS - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul.

REQUERIMENTO Nº 133/2017 - da Sr^a. Mara Gabrielli - Requer a alteração e inclusão de convidados à Audiência Pública aprovada no Requerimento nº 64/2016.

REQUERIMENTO Nº 134/2017 - da Sr^a. Rosinha da Adefal - Requer a participação da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência no Seminário promovido pelo Tribunal de Contas da União - TCU, destinado a debater "Acessibilidade e Inclusão: expressão de Cidadania".

REQUERIMENTO Nº 135/2017 - da Sr^a. Mara Gabrielli - Requer a inclusão de convidado à Audiência Pública aprovada no Requerimento nº 124/2017.

REQUERIMENTO Nº 136/2017 - do Sr. Dr. Jorge Silva - Requer a realização de audiência pública para discutir o Projeto de Lei nº 5.083, de 2016, que dispõe sobre a Intervenção Assistida por Animais (All) e a utilização de animais de intervenção assistida.

REQUERIMENTO Nº 137/2017 - do Sr.

Assis do Couto - Requer o Aditamento do Requerimento n. 125, de 2017, cujo pedido foi aprovado pela Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, para o fim de incluir convidados na reunião de audiência pública designada para o dia 4 de outubro de 2017.

REQUERIMENTO Nº 138/2017 - da Sr^a. Erika Kokay - Requer a realização de ciclos de debates nas cinco regiões brasileiras e de audiência pública na Câmara dos Deputados sobre a regulamentação do exercício profissional do intérprete e tradutor de Libras.

REQUERIMENTO Nº 139/2017 - do Sr. Eduardo Barbosa - Requer a realização de Audiência Pública para debater as possibilidades e os mecanismos para credenciamento, cadastramento e monitoramentos das pessoas com doenças raras, mediante a Identificação Civil Nacional.

REQUERIMENTO Nº 140/2017 - do Sr. Marcelo Aro - Requer a designação de representantes desta Comissão dos Direitos das Pessoas com Deficiência para participar do V Encontro Ibero Americano de Doenças Raras.

REQUERIMENTO Nº 141/2017 - do Sr. Dr. Jorge Silva - Requer o Aditamento do Requerimento n. 136, de 2017, cujo pedido foi aprovado pela Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência para fim de incluir convidados na audiência pública.

REQUERIMENTO Nº 142/2017 - da Sr^a. Erika Kokay - Com fundamento no disposto no art. 255 do Regimento Interno, requeremos a realização de Audiência Pública nesta Comissão dos Direitos das Pessoas com Deficiência, com vistas a discutir o atendimento às pessoas com deficiência na aviação e as condições de acessibilidade.

REQUERIMENTO Nº 143/2017 - do Sr. Dr. Jorge Silva - Requer o Aditamento do Requerimento n. 136, de 2017, cujo pedido foi aprovado pela Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência para fim de incluir convidados na audiência pública

REQUERIMENTO Nº 144/2017 - do Sr. Assis do Couto - Requer o Aditamento dos Requerimentos n. 125 e n. 137, de 2017, aprovados pela Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, para o fim de incluir um representante do Ministério

Público do Trabalho (MPT), na reunião de audiência pública designada para o dia 4 de outubro de 2017.

REQUERIMENTO Nº 145/2017 - da Sr^a. Erika Kokay - Com fundamento no disposto no art. 255 do Regimento Interno, requeremos a realização de Audiência Pública nesta Comissão dos Direitos das Pessoas com Deficiência, com vistas a discutir o atendimento às pessoas com deficiência na aviação e as condições de acessibilidade.

REQUERIMENTO Nº 146/2017 - da Sr^a. Erika Kokay - Requeremos, nos termos regimentais, a aprovação de Moção de Repúdio ao tipo de atendimento prestado pela empresa aérea AVIANCA, ao Sr. JOSÉ AFONSO, 63 anos, deficiente visual e cardiopata, durante voo doméstico no dia 09 de setembro de 2017, no trecho São Paulo/Brasília.

REQUERIMENTO Nº 147/2017 - do Sr. Mandetta - Solicita a realização de Audiência Pública para discutir o PL nº 5.260/2016, que "Altera o §3º do artigo 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para permitir que a contratação de aprendiz com

deficiência seja considerada na verificação do cumprimento da reserva de vagas de emprego às pessoas com deficiência."

REQUERIMENTO Nº 148/2017 - do Sr. Delegado Francischini - Requer seja realizada Reunião de Audiência Pública para debater o Modelo Precoce de Denver, método de intervenção precoce com eficácia cientificamente comprovada para crianças do Espectro do Autismo.

REQUERIMENTO Nº 149/2017 - do Sr. Aureo - Requer seja realizado Seminário, na cidade de Duque de Caxias-RJ, para debater a implantação de políticas municipais de inclusão da pessoa com deficiência, na região metropolitana do Rio de Janeiro.

REQUERIMENTO Nº 150/2017 - do Sr. Eduardo Barbosa - Requer o encaminhamento, pela Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, de Requerimento ao Presidente da Câmara dos Deputados para o envio de Indicação ao Poder Executivo, para sugerir a incorporação do cateter hidrofílico pelo SUS em benefício dos pacientes com bexiga neurogênica.

REQUERIMENTO Nº 151/2017 - da Sr^a. Carmen Zanotto - Requer a realização de audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 6190 de 2016 que “Dispõe sobre a valorização e o empoderamento das pessoas com deficiência nas peças publicitárias de órgãos da Administração Pública direta e indireta.”

REQUERIMENTO Nº 152/2017 - da Sr^a. Mara Gabrilli - Requer a realização de reunião de audiência pública com a presença dos representantes dos órgãos e das instituições relacionadas abaixo para prestar esclarecimentos sobre a regulamentação da movimentação da conta vinculada no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS quando o trabalhador com deficiência, por prescrição, necessite adquirir órtese ou prótese para promoção de acessibilidade e de inclusão social.

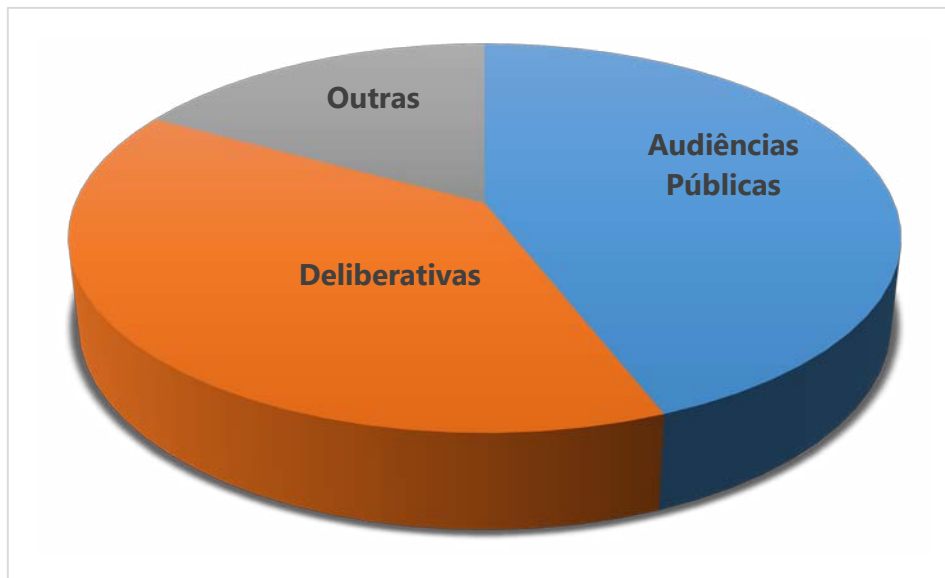
REQUERIMENTO Nº 153/2017 - do Sr. AssisdoCouto - Requer o encaminhamento, pela Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, de Requerimento

ao Presidente da Câmara dos Deputados para envio de Indicação ao Poder Executivo para sugerir a criação de um grupo de trabalho sobre reabilitação, conforme deliberado em Audiência Pública realizada em 04 de outubro de 2017.

REQUERIMENTO Nº 155/2017 - do Sr. Cabo Sabino - Requer que seja aprovada a produção do Relatório anual da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência.

ESTATÍSTICAS DE TRABALHOS DA COMISSÃO

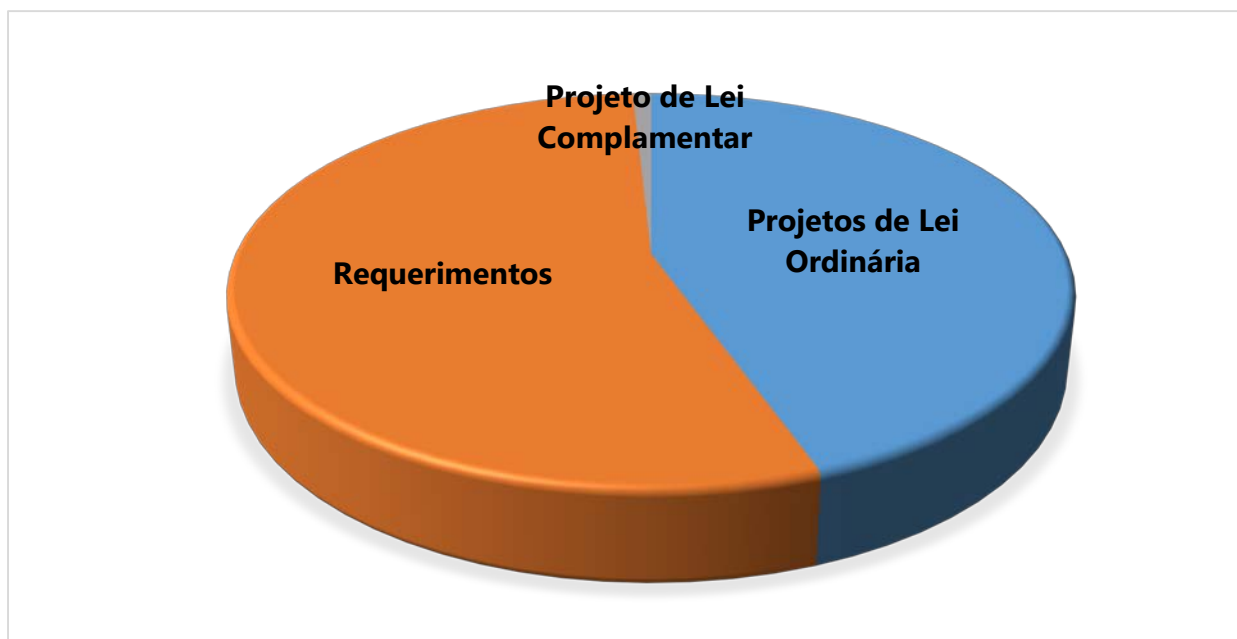
REUNIÕES REALIZADAS



Reuniões Realizadas pela CPD em 2017

Audiências Públicas	26
Reuniões Deliberativas	23
Outros Eventos	10
TOTAL	59

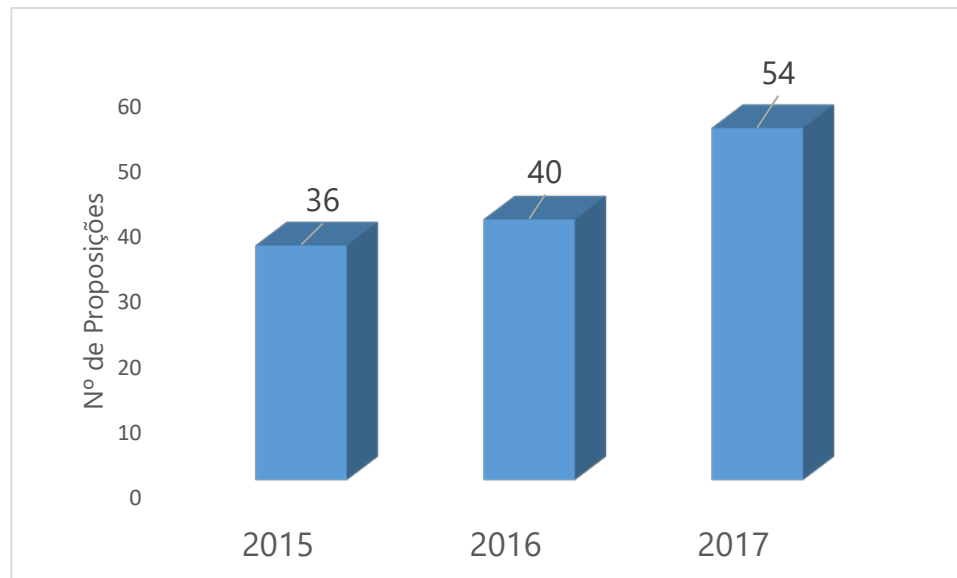
TIPOS DE PROPOSIÇÕES DELIBERADAS



Tipos de Proposições Deliberadas em 2017

Requerimentos	65
Projetos de Lei Ordinária	53
Projetos de Lei Complementar	1
TOTAL	119

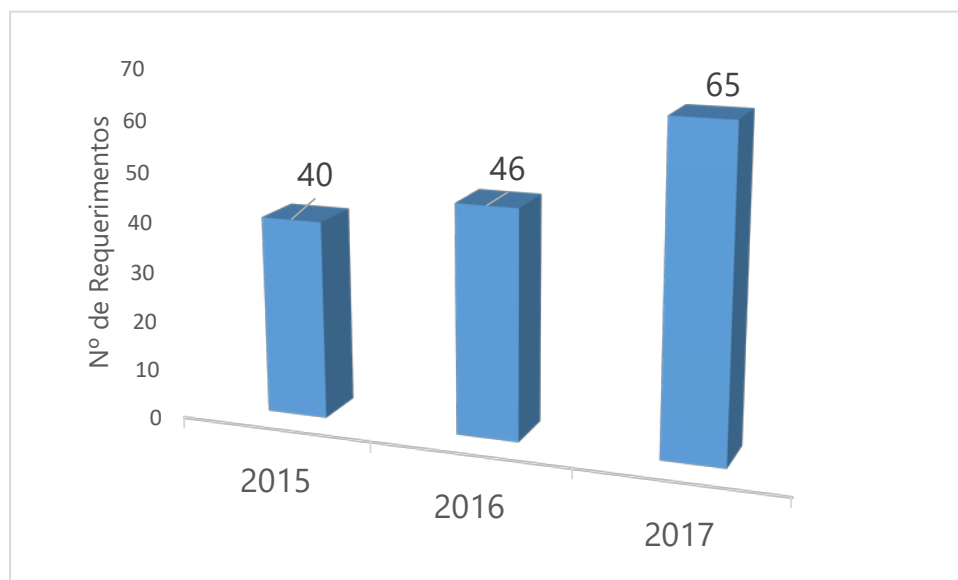
NÚMERO DE PROJETOS DE LEI DELIBERADOS POR ANO



Número de Projetos de Lei Deliberados por Ano

2015	36
2016	40
2017	54

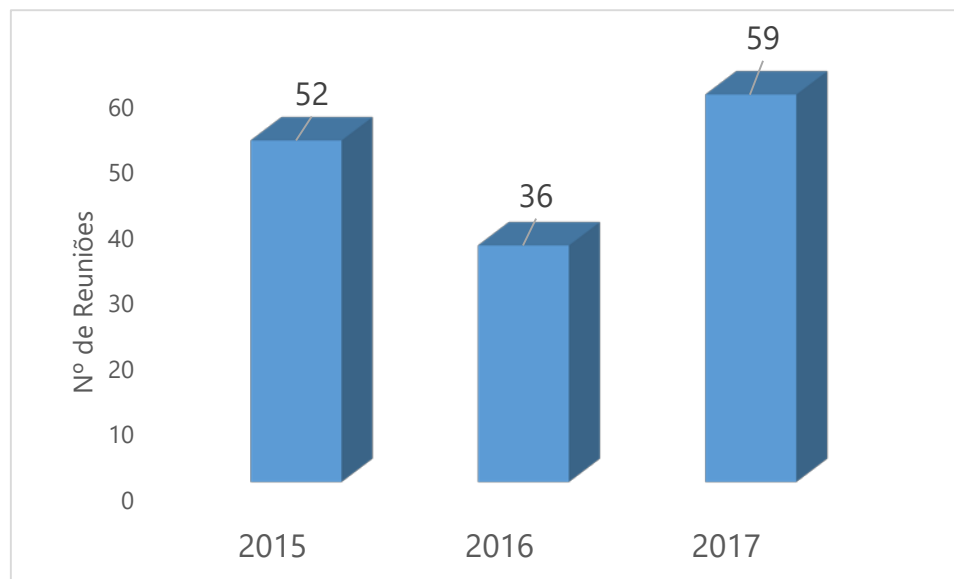
NÚMERO DE REQUERIMENTOS DELIBERADOS POR ANO



NÚMERO DE REQUERIMENTOS DELIBERADOS POR ANO

2015	40
2016	46
2017	65

NÚMERO DE REUNIÕES REALIZADAS POR ANO



NÚMERO DE REUNIÕES REALIZADAS POR ANO

2015	52
2016	36
2017	59

16:38



Sergio Javier Correa
Membro do Conselho

João Renato Dias Rodrigues
Representante da Fátima Nacional

DEP. DIEGO GARCIA
Membro da CPD

EVENTOS



GALERIA DOS
EX-PRESIDENTES
DA COMISSÃO DE
DEFESA DOS DIREITOS
DAS PESSOAS
COM DEFICIÊ





Otávio Praxedes/CPD

Deputado Cabo Sabino (PR/CE) e Claudio Ribeiro Paes (então Secretário Executivo da CPD)

23/03 – INSTALAÇÃO E ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

A Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPD) elegeu, no dia 23 de março, o Deputado Cabo Sabino (PR/CE) para o cargo de Presidente do Colegiado para o ano de 2017.

O Deputado Cabo Sabino (PR/CE) foi candidato único e eleito, por unanimidade dos membros votantes, o terceiro Presidente da CPD, antecedido pelo Deputado Professor Victório Galli (PSC/MT), que exerceu seu mandato em 2016, e pelo Deputado Aelton

Freitas (PR/MG), que presidiu a Comissão no seu primeiro ano de existência, o ano de 2015.

Ao proferir o resultado da votação, o ex-Presidente do Colegiado, o Deputado Professor Victório Galli (PSC/MT), passou o comando da Reunião ao recém eleito, Deputado Cabo Sabino (PR/CE), que falou aos membros presentes e declarou instalada a Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência.



Leonardo Picciani, Ministro do Esporte.



Alberto Costa, Diretor do Comitê Paralímpico Brasileiro.
Fotos: Rodrigo Bertotti/CD

05/04 – RESULTADOS DOS JOGOS PARALÍMPICOS RIO 2016 E PERSPECTIVAS PARA O PRÓXIMO CICLO PARALÍMPICO

A CPD promoveu esta audiência pública conjunta com a Comissão do Esporte (Cespo) para debater os resultados dos Jogos Paralímpicos Rio 2016 e as perspectivas para o próximo ciclo paralímpico.

O objetivo foi fazer um panorama do atual estágio do esporte paralímpico no Brasil e apontar estratégias para as próximas competições.

A audiência ocorreu em razão da aprovação do Requerimento nº 133/2016 - Cespo, de autoria do Deputado João Derly (Rede/RS), e do Requerimento nº 60/2016 - CPD, de

autoria dos Deputados Mara Gabrilli (PSDB/SP), Otavio Leite (PSDB/RJ) e Eduardo Barbosa (PSDB/MG).

Estiveram presentes o Ministro do Esporte, Leonardo Carneiro Monteiro Picciani; o Presidente do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), Mizael Conrado; o Secretário Nacional de Esporte de Alto Rendimento do Ministério do Esporte, Luiz Eduardo Carneiro da Silva de Souza Lima; e o Diretor Técnico do Comitê Paralímpico Brasileiro, Alberto Martins da Costa.



Assessoria/Dep. Cabo Sabino

Deputado Cabo Sabino (PR/CE) e pessoas com deficiência presentes no evento.

07/04 – OS IMPACTOS DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA SOBRE AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

O Deputado Cabo Sabino (PR/CE), Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPD), promoveu um debate, na cidade de Juazeiro do Norte, Ceará. O objetivo foi tratar dos impactos da Reforma da Previdência e de seus impactos sobre o público com deficiência.

O evento ocorreu em razão da aprovação do Requerimento nº 95/2017 - CPD, de autoria do Deputado Cabo Sabino (PR/CE).

Estiveram presentes, como palestrantes: o Deputado Cabo Sabino, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas

com Deficiência da Câmara dos Deputados; o Vereador Gledson Lima, Presidente da Câmara Municipal de Juazeiro do Norte/CE; e o Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados, Walter Oda. Também participaram do debate representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), do Conselho de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência de Barbalha/CE e do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Juazeiro do Norte/CE.



Otávio Praxedes/CPD

Marco Pellegrini, Dep. Arthur Maia (PPS/BA), Dep. Rosinha da Adefal (Avante/AL), Wilsimara Rocha e Izabel Maior.

19/04 – PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 287/2016

A Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPD) promoveu um Seminário para debater “A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 287 de 2016, que trata da Reforma da Previdência, mais especificamente sobre a desvinculação do valor do salário mínimo ao valor do Benefício de Prestação Continuada-BPC e assuntos relacionados à deficiência”.

Requerimento nº 89/2017 - CPD, de autoria das Deputadas Rosinha da Adefal (Avante/AL) e Erika Kokay (PT/DF).

Estiveram presentes, como palestrantes, a senhora Izabel Maria Loureiro Maior,

Professora da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ; o senhor Marco Antônio Pellegrini, Secretário Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência/SNPD/MDH; e a senhora Wilsimara Maciel Rocha, Assessora da Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos/MF.

Na ocasião, também participou do debate o Relator da Reforma da Previdência na Câmara dos Deputados, Deputado Arthur Oliveira Maia (PPS/BA).



Marco Pellegrini, Lenir Santos, Dep. Erika Kokay (PT/DF), Ana Cláudia Brandão, Daniel Antonio de Moraes e Eugênia Augusta Gonzaga.

26/04 – OS IMPACTOS DA REFORMA PREVIDENCIÁRIA SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Essa audiência pública atendeu ao Requerimento nº 90/2017 - CPD, de autoria da Deputada Erika Kokay (PT/DF).

O objetivo foi tratar dos impactos da Reforma Previdenciária - proposta pela PEC nº 287/2016 - sobre os direitos das pessoas com deficiência.

Estiveram presentes como palestrantes a senhora Lenir Santos, Presidente da Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down; a senhora Ana Cláudia Brandão,

Médica Pediatra responsável pelo Programa de Síndrome de Down do Hospital Albert Einstein - São Paulo; o senhor Daniel Antônio de Moraes Sarmento, Professor Doutor de Direito Constitucional da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ); a senhora Eugênia Augusta Gonzaga, Procuradora Regional da República; e o senhor Marco Antônio Pellegrini, Secretário Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência do Ministério da Justiça (MJ).



Assessoria - Dep. Cabo Sabino

Vera Lúcia Carneiro, Hilário Marques, Francisco Alexandre Forte, Dep. Cabo Sabino (PR/CE), Ivan Benício, Renata Baars e Cícera Kucia.

28/04 – OS IMPACTOS DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA SOBRE AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

O Deputado Cabo Sabino (PR/CE) promoveu, em nome da Comissão, encontro, na cidade de Quixadá, Ceará, para tratar da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 287/2016, que trata da Reforma da Previdência. O debate teve como objetivo analisar os impactos desta Proposta sobre as pessoas com deficiência.

O evento ocorreu como consequência da aprovação do Requerimento nº 95/2017 - CPD, de autoria do Deputado Cabo Sabino (PR/CE).

Estiveram presentes à mesa de debates: o senhor Hilário Marques, Prefeito de Quixadá/CE; o senhor Ivan Benício, Vereador e

Presidente da Câmara Municipal de Quixadá/CE; o senhor Júlio Cesar Lobo, Defensor Público; a senhora Vera Lúcia Carneiro, Diretora da Associação de Pais e Amigos de Pessoas Especiais de Quixadá/CE (Apapec); a senhora Cícera Kucia Aguiar, Gestora do Centro de Formação, Monitoramento e Acompanhamento à Inclusão (Formai); o senhor Francisco Alexandre Paiva Forte, Procurador da República; a senhora Renata Baars Paternostro, Consultora Legislativa da Área de Previdência Social da Câmara dos Deputados; e o senhor Joclison Silva, Pastor local.



Webster Spiguel, Linair Martins, Dep. Erika Kokay (PT/DF), Jaspion Leone e Felipe Silva.

03/05 – TRADUTORES E INTÉRPRETES DE LIBRAS NAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO

A Comissão promoveu audiência pública para discutir a situação e a contratação de tradutores e intérpretes de libras nas instituições federais de ensino.

A audiência foi fruto da aprovação do Requerimento nº 91/2017 - CPD, de autoria da Deputada Erika Kokay (PT/DF).

Compareceram como palestrantes: a senhora Linair Moura Barros Martins, Coordenadora-Geral de Articulação da Política de Inclusão nos Sistemas de Ensino (Secadi/MEC); o senhor Webster Spiguel Cassiano, Coordenador-Geral de Recursos Humanos dos IFES (Sesui/MEC); o senhor Felipe Oliveira Silva, Coordenador do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Tecnológica; e o senhor

Jaspion Leone, Representante do Sindicato dos Trabalhadores Intérpretes, Guia-Intérpretes e Tradutores da Língua Brasileira de Sinais do Distrito Federal.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União justificaram a ausência no debate.

Ao final do debate, a Deputada Erika Kokay (PT/DF) solicitou a criação de um Grupo de Trabalho para apresentar uma proposta de regulamentação, apontando os problemas enfrentados pelos profissionais tradutores e intérpretes de Libras nos Institutos Federais e nas Instituições Superiores de Ensino Superior, propondo soluções.



Fernando Cotta, Wander Gonçalves, Cristiane Batista e Dep. Carmen Zanotto (PPS/SC).

04/05 - AUTISTAS: DESAFIOS NA ESCOLA E NO TRABALHO

A Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPD), em conjunto com a Comissão de Educação (CE), promoveu audiência pública para discutir “Os Desafios na Escola e no Trabalho para o Autista”.

A audiência aconteceu devido à aprovação do Requerimento nº 275/2017 - CE, de autoria dos Deputados Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP) e Eduardo Barbosa (PSDB/MG), e do Requerimento nº 99/2017 - CPD, de autoria dos Deputados Eduardo Barbosa (PSDB/MG) e outros.

Compareceram como palestrantes a senhora Patrícia Neves Raposo, Diretora de Políticas

de Educação Especial (Secadi/MEC); o senhor Wander Gonçalves da Silva Júnior, Estudante e Autista; a senhora Cristiane Batista Salgado, Pró-Reitora de Extensão do Instituto Federal de Brasília (IFB); a senhora Viviani Guimarães, Diretora de Ensino do Movimento Orgulho Autista do Brasil (MOAB); o senhor Caio Abujadi, Psiquiatra da Infância e Adolescência, Mestre em Psiquiatria pela FCM/USP; a senhora Ana Paula Ferrari, Coordenadora do Movimento Orgulho Autista do Brasil (MOAB/GO); e o senhor Fernando Cotta, Presidente do MOAB.



Otávio Praxedes/CPD

Marco Pellegrini, Justino Fonseca, Dep. Adail Carneiro (PP/CE) e Francisco Garonce.

10/05 - OFERTA DE VEÍCULO ADAPTADO PARA TREINAMENTO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA PELOS CENTROS DE FORMAÇÃO DE CONDUTORES

A audiência pública promovida pela Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPD) discutiu a oferta de veículo adaptado para o treinamento de pessoas com deficiência pelos Centros de Formação de Condutores do país.

O autor do Requerimento nº 69/2016 - CPD foi o Deputado Adail Carneiro (PP/CE).

Compareceram como palestrantes: o senhor Justino Rodrigues da Fonseca, Presidente da Federação Nacional das Autoescolas e dos Centros de Formação de Condutores (Feneauto); o senhor Francisco Garonce,

Coordenador-Geral de Qualificação do Fator Humano no Trânsito (Denatran); a senhora Mônica Cavenaghi, Presidente da Associação Brasileira da Indústria, Comércio e Serviços de Tecnologia Assistiva (Abridef); e o senhor Marco Antônio Ferreira Pellegrini, Secretário dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SDH/MJ).

O senhor Igor Vasconcelos Ponte, Superintendente do Departamento Estadual de Trânsito do Ceará - Detran/CE, justificou a sua ausência à Audiência.



Otávio Praxedes/CPD

Carolina Sanches, Gustavo Menezes, Dep. Rosinha da Adefal (Avante/AL), Kanhu Raka Kamayurá e Damares Alves.

24/05 - INFANTICÍDIO INDÍGENA

A Comissão promoveu audiência pública para discutir o Infanticídio Indígena.

A audiência aconteceu devido à aprovação do Requerimento nº 103/2017 - CPD, de autoria das Deputadas Rosinha da Adefal (Avante/AL), Carmen Zanotto (PPS/SC) e Zenaide Maia (PR/RN).

Foram palestrantes nesta audiência pública: o senhor Gustavo Hamilton de Sousa Menezes, Representante da Fundação Nacional do Índio (Funai); a senhora Damares R. Alves, Representante da ONG Atini; a senhora Kanhu Raka Kamayurá (Sheila); a senhora Carolina Sanches Gomes, Coordenadora-Geral do Sistema de Informação da Secretaria Nacional

dos Direitos da Pessoa com Deficiência, do Ministério dos Direitos Humanos.

O objetivo desta audiência foi chamar a atenção para um importante tema: a grave situação das crianças indígenas, com deficiência ou com doenças graves, que não são respeitadas em seu direito humano mais básico, que é o direito à vida.

No caso das crianças indígenas, o agravante é que elas não podem contar com a mesma proteção com que contam as outras crianças, pois a cultura é colocada acima da vida e suas vozes são abafadas pelo manto da crença em culturas imutáveis e estáticas.



Otávio Praxedes/CPD

Lenise Garcia, Cláudia Vidigal, Germana Soares, Dep. Rosinha da Adefal (Avante/AL), José Miranda e Deusina Lopes.

31/05 - ABORTO DE FETOS COM MICROCEFALIA - CRIAÇÃO DO DIA NACIONAL DA CONSCIENTIZAÇÃO DA MICROCEFALIA

A Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPD) promoveu audiência pública para “Tratar do aborto de fetos com microcefalia e da importância da criação do Dia Nacional da Conscientização da Microcefalia”. A audiência aconteceu devido à aprovação do Requerimento nº 104/2017 - CPD, de autoria da Deputada Rosinha da Adefal (Avante/AL) e subscrito pelas Deputadas Carmen Zanotto (PPS/SC) e Zenaide Maia (PR/RN).

Foram convidados os seguintes palestrantes para falar sobre o tema: a senhora Germana Soares Amorim do Nascimento, Presidente da União de Mães de Anjos (UMA); a senhora

Lenise Aparecida Martins Garcia, Presidente do Movimento Nacional da Cidadania pela Vida (Brasil sem Aborto); o senhor José Miranda de Siqueira, Advogado; a senhora Maria Esther de Albuquerque Vilela, Coordenadora-Geral da Saúde das Mulheres do Ministério da Saúde; a senhora Deusina Lopes da Cruz, Assessora da Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário; e a senhora Cláudia Vidigal, Secretária Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério dos Direitos Humanos.



Otávio Praxedes/CPD

Fernanda Lima, Marcelo Vitoriano, Dep. Delegado Francischini (SD/PR), Fernando Cotta, Dep. Eduardo Barbosa (PSDB/MG).

07/06 – INSERÇÃO DE AUTISTAS NO MERCADO DE TRABALHO

A Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPD) promoveu uma audiência pública com o objetivo de “Debater a inserção de autistas no mercado de trabalho”.

O evento se deu devido à aprovação, pelo referido Colegiado, do Requerimento nº 94/2017 - CPD, de autoria do Deputado Delegado Francischini (SD/PR).

De acordo com o Requerimento nº 94/2017 - CPD, a participação de autistas no mercado de trabalho ainda é muito pequena, especialmente no Brasil. Uma das razões para este fato é o preconceito em relação ao transtorno, fruto da falta de informações.

Outra questão é a falta de políticas públicas que possibilitem aos autistas adultos dar o passo inicial rumo à profissionalização.

Foram convidados para falar sobre o tema os seguintes convidados: o senhor Fernando Cotta, Presidente do Movimento Orgulho Autista Brasil (MOAB/Brasil); o senhor Marcelo Vitoriano, Diretor-Geral da Empresa *Specialisterne*; a senhora Fernanda Lima, Diretora de Formação da Empresa *Specialisterne*; e o Deputado Federal e membro da Comissão, Eduardo Barbosa (PSDB/MG).



Ana Amélia Dato, Stanley Abdão, Dep. Mara Gabrielli (PSDB/SP) e Jairo Bisol.

21/06 - DIA NACIONAL DE LUTA CONTRA A ELA

A Comissão promoveu Seminário em comemoração ao Dia Nacional de Luta contra a Esclerose Lateral Amiotrófica (ELA).

Este Seminário ocorreu devido à aprovação do Requerimento nº 97/2017 - CPD, de autoria da Deputada Mara Gabrielli (PSDB/SP), subscrito pelo Deputado Adérmis Marini (PSDB/SP).

O Seminário contou com a presença dos seguintes Palestrantes:

MESA DE ABERTURA

Deputada Mara Gabrielli, autora do Requerimento; Stanley Abdão, Presidente da Associação Brasileira Lutando contra ELA

(Able); Ana Amélia Dato Teixeira, Presidente do Movimento em Defesa dos Direitos da Pessoa com ELA (Movela); e Jairo Bisol, Procurador do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios - "Direitos negligenciados dos pacientes de ELA".

1ª MESA

Dr. Gerson Chadi, Médico Neurologista, que falou sobre "Células-tronco: uma perspectiva promissora no tratamento da ELA?"; Prof. Dr. Acary Souza Bulle Oliveira, Médico Neurologista, que falou sobre "Pesquisas em andamento e novas terapias medicamentosas



Otávio Praxedes/CPD

Meiruze Freitas, Dep. Carmen Zanotto (PPS/SC), Orion Savio e Odília Brigido.

no tratamento da ELA"; Edson Pacheco, Professor da Universidade Federal do Paraná, que falou sobre "Possibilidades de intervenções terapêuticas na ELA, baseadas em evidências"; Sérgio Mateus, Professor da Universidade de Brasília, que falou sobre "Intercorrências respiratórias na ELA"; Daniel Alexandre de Sousa Ribeiro, 1º Tenente Dentista da Força Aérea Brasileira (FAB), que falou sobre "Saúde Bucal contra a ELA".

2ª MESA

Meiruze Sousa Freitas, Diretora-Adjunta da Diretoria de Autorização e Registro Sanitários da Anvisa, que abordou o tema "Política de registro acelerado de medicamentos para a ELA"; Orion Savio Santos de Oliveira, Analista

Técnico de Políticas Sociais - Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda, que falou sobre "Direitos Previdenciários dos pacientes de ELA"; e Odília Brigido de Sousa, Coordenadora-geral de Saúde da Pessoa com Deficiência (Dapes/SAS/MS), que falou sobre "Políticas Públicas de Saúde para os pacientes de ELA".

Em homenagem ao Dia Nacional de Luta contra a ELA, houve também uma Sessão Solene, no dia 22 de junho, no Plenário Ulysses Guimarães, por iniciativa do Deputado João Campos (PRB/GO).

Ao lado: O público lotou o plenário da Comissão dos Direitos das Pessoas com Deficiência.

Foto de Otávio Praxedes/CPD



160 I



Otávio Praxedes/CPD

Dr. Diderot Pareira, Dr. Marconi Delmiro, Dep. Rosinha da Adefal (Avante/AL) e Eduardo David Gomes.

05/07 - FISSURAS LABIOPALATAIS

A Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPD) promoveu audiência pública para “Tratar das dificuldades enfrentadas pelas pessoas com fissuras lábio palatal (lábios leporinos)”.

A audiência se deu devido à aprovação do Requerimento nº 80/2017 - CPD, de autoria da Deputada Rosinha da Adefal (Avante/AL).

Foram convidados para compor a mesa de debates os seguintes palestrantes: Dr. Marconi Delmiro, Médico Cirurgião Plástico da Secretaria de Saúde do Distrito Federal (SES-DF); Dr. Diderot Parreira, Médico Otorrinolaringologista e Cirurgião Crânio Maxilo-Facial; e senhor

Eduardo David Gomes de Sousa, Analista Técnico de Políticas Sociais da Coordenação Geral de Atenção Especializada (Daet/SAS/ Ministério da Saúde).

Como conclusão desta Audiência Pública, a Deputada Rosinha da Adefal (Avante/AL) solicitou ao Ministério da Saúde a criação de um grupo de trabalho para estudo e encaminhamento de um protocolo de atendimento às pessoas com fissura labiopalatal e, ainda, a revisão da Portaria de Atenção à Pessoa com Fissura Labiopalatal.



Rodrigo Machado, Meire Joyce Souza Figueiredo, Dep. Rosinha da Adefal (Avante/AL), Kátia Dias Pinto, Gisele Rocha e Kênia Rio.

12/07 - AS DIFICULDADES ENFRENTADAS PELAS PESSOAS COM NANISMO

Este debate, promovido pela Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPD), teve como objetivo “Tratar das dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência e ou mobilidade reduzida, no caso mais específico pessoas com nanismo”.

A audiência se deu devido à aprovação do Requerimento nº 79/2016 - CPD, de autoria da Deputada Rosinha da Adefal (Avante/AL).

O intuito foi reunir especialistas, pessoas acometidas pelo nanismo e órgãos de governo para compartilhar informações.

Nesse sentido, estiveram presentes à mesa de debates os seguintes palestrantes: Kênia Rio, Presidente da Associação de Nanismo

do Rio de Janeiro; Kátia Maria Fonseca Dias Pinto, Jornalista; Gisele Rocha, Mãe de criança com Nanismo; Meire Joyce Souza Figueiredo, Vereadora; Rodrigo Machado, Coordenador-Geral da Acessibilidade da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência; e Yuri Rafael Della Giustina, Especialista em Infraestrutura Sênior do Ministério das Cidades. Um dos principais problemas enfrentados pelas pessoas com nanismo é a dificuldade de acessibilidade e a falta de respeito e reconhecimento como indivíduos, sendo por vezes tratados como crianças ou até mesmo ridicularizados.



Leonardo Gadelha, Presidente do INSS,

Fotos: Leonardo Prado/Agência Câmara.



Jobson de Paiva Silveira Sales, Diretor de Atendimento do INSS.

12/07 - INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

Em comemoração aos 27 anos do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), a Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPD), em conjunto com a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (Cidoso) e com a Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF), promoveu audiência pública com o propósito de “Tratar das inovações tecnológicas do INSS”.

A audiência se deu devido à aprovação dos Requerimentos nº 58/2017-Cidoso, de autoria

do Deputado Gilberto Nascimento (PSC/SP); nº 555/2017 - CSSF, de autoria da Deputada Júlia Marinho (PSC/PA); e nº 119/2017 - CPD, de autoria do Deputado Professor Victório Galli (PSC/MT).

Foram convidados a participar da mesa de debates o senhor Leonardo Gadelha, Presidente do INSS, e o senhor Jobson de Paiva Silveira Sales, Diretor de Atendimento do INSS.



Carlos Cezar Batista, Anderson Sant'Anna, Dep. Zenaide Maia (PR/RN), Cláudio Dutra e Juliana Queiroz.

02/08 - PL Nº 2.157/2015 - CADASTRO NACIONAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Este evento se deu a partir da aprovação, pelo colegiado da Comissão, do Requerimento nº 121/2017 - CPD, de autoria dos Deputados Adail Carneiro (PP/CE), Eduardo Barbosa (PSDB/MG) e Zenaide Maia (PR/RN).

O tema desta audiência pública foi "Debater o Projeto de Lei nº 2.157, de 2015, que "Institui o Cadastro Nacional de Pessoas com Deficiência como medida para facilitar a adoção de medidas de apoio por parte do poder público e providências que busquem melhorar suas condições, possibilitando ainda, um atendimento otimizado a esses cidadãos". Estiveram presentes à mesa de debates os seguintes palestrantes: o

senhor Anderson Sant'Anna, Assessor da Secretaria Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência; o senhor Cláudio Dutra Crespo, Diretor de Pesquisas em Exercício da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); a senhora Juliana Souza de Queiroz, Pesquisadora da Gerência Técnica do Censo Demográfico da Fundação IBGE; e o senhor Carlos Cezar Soares Batista, Coordenador-Geral de Saúde, Segurança e Qualidade no Trabalho da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.



Otávio Praxedes/CPD

Dep. Cabo Sabino (PR/CE), Dep. Mariana Carvalho (PSDB/RO) e Dep. Carlos Gomes (PRB/RS).

09/08 - REUNIÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO DO PRÊMIO BRASIL MAIS INCLUSÃO - ESCOLHA DOS 10 VENCEDORES DA EDIÇÃO 2017

Este evento foi organizado pela Segunda-Secretaria da Câmara dos Deputados.

De acordo com a Resolução nº 10/2015, que regulamenta o Prêmio Brasil Mais Inclusão, o Conselho Deliberativo do Prêmio é formado por: I - Segundo-Secretário da Câmara dos Deputados; II - Terceiro-Secretário da Câmara dos Deputados; III - membros titulares da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência; IV - um representante de cada partido com assento na Câmara dos Deputados indicado pelos respectivos Líderes.

O Prêmio é uma homenagem a empresas, entes federados, entidades (ONGs, Oscips) ou personalidades que tenham realizado ações em prol da inclusão de pessoas com deficiência ou sejam, elas próprias, exemplos de vida e superação.

É concedido anualmente, durante a semana em que se comemora o **Dia Nacional da Luta da Pessoa com Deficiência** (21 de setembro). Os dez vencedores do "Prêmio Brasil Mais Inclusão" são contemplados com diplomas de menção honrosa. Metade da premiação é dedicada às empresas, ONGs

e entidades, que concorrem na categoria “Mérito João Ribas”.

A partir deste ano, a categoria que inclui Personalidades e Entes Federados passa a ser chamada de categoria “Mérito Darci Barbosa”.

Darci Barbosa, falecida em 30/07/2017, era fisioterapeuta, formada em 1981 pela Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais, com especialização em Geriatria e Gerontologia. Ingressou em 1985 na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Pará de Minas/MG, para realizar atendimento profissional voluntário. Aprendeu, com seu trabalho na APAE, a lidar com as diferenças e com as dificuldades do ser humano, e buscou contribuir de forma intransigente para que as pessoas com deficiência intelectual conquistassem autonomia e uma vida digna. Além de colaboradora por 13 anos, presidiu a Apae de Pará de Minas por dois mandatos consecutivos de 3 anos cada, onde participou dos processos que reformularam os serviços

prestados aos seus usuários, levando a entidade a tornar-se uma das principais referências no Estado para o atendimento à pessoa com deficiência. À frente da Apae, foi a idealizadora do primeiro Centro de Capacitação e Qualificação Profissional e de Reabilitação, hoje Centro Especializado em Reabilitação – CER II. Em sua gestão, a Apae de Pará de Minas conquistou por duas vezes o Prêmio “BEM EFICIENTE”, colocando-a entre as 50 melhores entidades do Brasil por sua transparência e eficiência administrativa. Atuando como colaboradora da entidade, foi membro do Grupo Diagnóstico, encarregado do processo de avaliação multidimensional de deficiência intelectual. Na Federação das Apaes do Estado de Minas Gerais, como consultora técnica, trabalhou na formação de profissionais da rede mineira de Apaes, introduzindo a avaliação multidimensional, norteada pelo conceito biopsicossocial, e invertendo a lógica diagnóstica dos assistidos pela rede Apae e dando ênfase



Otávio Praxedes/CPD

Plenário da Comissão durante a votação dos agraciados com o Prêmio Brasil Mais Inclusão.

a uma abordagem interdisciplinar no atendimento integral e integrado à pessoa com deficiência e suas famílias. Integrou, como membro permanente, as comissões científicas de congressos, seminários e cursos para a formação de profissionais e familiares das mais de 400 Apaes do Estado. Foi supervisora de conteúdo do curso de Deficiência Intelectual – Uma Abordagem Interdisciplinar, na modalidade EAD promovido pela UNIAPAE – MG/Instituto de Ensino e Pesquisa. Como superintendente da Apae de Belo Horizonte, prestava consultoria a empresas de grande e médio portes para

implantar a inovadora metodologia social do emprego apoiado para pessoas com deficiência intelectual, obtendo resultados exitosos. Por ter dedicado toda sua vida profissional às pessoas com Deficiência, a Câmara dos Deputados presta essa homenagem a Darci Barbosa (1957-1917). No dia 9 de agosto de 2017, houve a votação, liderada pela Segunda-Secretária da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, Deputada Mariana Carvalho (PSDB/RO), para definir os vencedores da versão 2017 do Prêmio Brasil Mais Inclusão.

Os vencedores da versão 2017 foram:

Categoria 1 – Empresas/ONGs/OSCIPs/Entidades - Mérito João Ribas:

AGRACIADO	INDICANTE
Pequeno Cotolengo Paranaense	Dep. Diego Garcia (PHS/PR)
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Belo Horizonte	Dep. Eduardo Barbosa (PSDB/MG)
Instituto de Educação e Reabilitação de Cegos do Rio Grande do Norte	Dep. Zenaide Maia (PR/RN)
Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD	Dep. Keiko Ota (PSB/SP)
Irmãos Gonçalves Comércio e Indústria Ltda	Dep. Mariana Carvalho (PSDB/RO)

Categoria 2 – Personalidades/Entes Federados - Mérito Darcy Barbosa:

AGRACIADO	INDICANTE
Jackson Ragnar Follmann	Dep. Jorginho Mello (PR/SC)
Taciano Araújo da Nóbrega Wanderley	Dep. Rômulo Gouveia (PSD/PB)
Thiago Diniz Pereira	Dep. Wilson Filho (PTB/PB)
Dr. Deusdeth Gomes do Nascimento	Dep. Julio Lopes (PP/RJ)
Antônio Vitor Gomes Leitão	Sen. Cristovam Buarque (PPS/DF)

1638



Flávia Trigueiro Xavier Correia
Conselheira do Conade

Júlio Renato Dias Rodrigues
Representante da Família Respostas

DEP. DIEGO GARCIA
Membro da CPD



Otávio Praxedes/CPD

Filipe Trigueiro, João Renato Dias Rodrigues, Dep. Diego Garcia (PHS/PR), Wederson Rufino e Lara Gontijo.

09/08 - DIA NACIONAL DAS PESSOAS SURDOCEGAS

A audiência pública, resultante da aprovação do Requerimento nº 118/2016 - CPD, de autoria do Deputado Eduardo Barbosa (PSDB/MG), visou tratar da instituição do Dia Nacional das Pessoas Surdocegas, como uma forma de chamar a atenção da sociedade para o segmento. Foram convidados e compareceram ao evento a Senhora Lara Gontijo de Castro Souza, Educadora Social da Feneis de Minas Gerais e representante da Associação Brasileira de Surdocegos; o senhor João Renato Dias Rodrigues, representante da Feneis Nacional; o senhor Filipe Trigueiro Xavier Correia, Conselheiro do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência - Conade; e o Senhor

Wederson Rufino dos Santos, Coordenador-Geral de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, representando a Secretaria Nacional de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD).

Ao final da Audiência Pública, o Deputado Eduardo Barbosa (PSDB/MG), autor do Requerimento, sugeriu a organização de um seminário da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CPD), em conjunto com a Comissão de Educação (CE) e a Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) para tratar das pessoas surdocegas, onde se abordaria as condições de acesso às políticas públicas voltadas para esse público.

Ao lado: A audiência contou com vários intérpretes, garantindo acessibilidade aos palestrantes e ao público com deficiência.

Foto de Otavio Praxedes/CPD



Otávio Praxedes/CPD

Dep. Zenaide Maia (PR/RN), Dep. Erika Kokay (PT/DF), Dep. Rosinha da Adefal (Avante/AL) e ativistas da causa da comunidade surda.

15/08 - INSTALAÇÃO DA SUBCOMISSÃO ESPECIAL PARA DISCUTIR E PROPOR A REGULAMENTAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DOS INTÉRPRETES, GUIAINTÉRPRETES E TRADUTORES DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS

A Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência promoveu Reunião para instalação e eleição dos membros da Subcomissão Especial para discutir e propor regulamentação e outras providências afetas ao exercício profissional dos intérpretes, guiaintérpretes e tradutores da Língua Brasileira de Sinais - Libras.

O Requerimento que solicitou a criação dessa Subcomissão é o de número 107/2017 - CPD, aprovado pelo Colegiado em 17/05/2017, de autoria da Deputada Erika Kokay (PT/DF) e subscrito pela Deputada Carmen Zanotto (PPS/PR).

Composição da Subcomissão Especial:

PARLAMENTAR	PARTIDO/UF
ERIKA KOKAY (PRESIDENTE)	PT/DF
ROSINHA DA ADEFAL (RELATORA)	Avante/AL
ZENAIDE MAIA	PR/RN
OTÁVIO LEITE	PSDB/RJ
EDUARDO BARBOSA	PSDB/MG
CARLOS GOMES	PRB/RS



Otávio Praxedes/CPD

Dr. Fayez Bahmad, Dr. Miguel Ângelo Hyppolito, Dep. Carmen Zanotto (PPS/SC), Odília Brígido e Dra. Thelma Regina Costa.

16/08 - SAÚDE AUDITIVA

A audiência pública, promovida pela Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência - CPD em conjunto com as Comissões de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (Cidoso) e de Seguridade Social e Família (CSSF), resultou da aprovação dos Requerimentos nº 120/2017- CPD, nº 60/2017- Cidoso e nº 571/2017 - CSSF, de autoria da Deputada Carmen Zanotto (PPS/SC).

O debate tratou do tema "Saúde Auditiva" e contou com a presença dos seguintes palestrantes: a senhora Dra. Thelma Regina

da Silva Costa, Presidente do Conselho Federal de Fonoaudiologia; o senhor Dr. Miguel Ângelo Hyppolito, representante da Associação Brasileira de Otorrinolaringologia e Cirurgia Cérvico Facial; o senhor Dr. Fayez Bahmad Júnior, representante da Associação Brasileira de Otorrinolaringologia e Cirurgia Cérvico Facial; e a senhora Odília Brígido de Sousa, Coordenadora-Geral da Pessoa com Deficiência do Ministério da Saúde.



Assessoria Dep. Rosinha da Adefal

Dep. Rosinha da Adefal (Avante/AL) e participantes do Seminário em Alagoas.

18/08 - OS AVANÇOS DA LBI E A LEI DE COTAS

Trata-se de Evento Externo, que ocorreu no Hotel Ponta Verde, na cidade de Alagoas, Maceió. Este Seminário abordou “Os Avanços da Lei Brasileira de Inclusão - LBI e da Lei de Cotas”.

O evento aconteceu devido à aprovação, pelo Colegiado da CPD, do Requerimento nº 123/2017, de autoria da Deputada Rosinha da Adefal (Avante/AL).

Palestrantes da 1ª Mesa - Conquista da Acessibilidade: Deputada Rosinha da Adefal (Avante/AL); Marco Antonio Pellegrini, Secretário Nacional de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência; Ivana de Siqueira, Secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi/

Ministério da Educação); Sérgio Caribé, Procurador do Tribunal de Contas da União (TCU); e Antonio José de Carvalho Araújo, Juiz Federal e Vice-Presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil.

Palestrantes da 2ª Mesa - Inclusão para o Trabalho: Leandro Carvalho, Auditor Fiscal do Trabalho do estado de Alagoas; Aline Trindade Pinho e Silva, representante da Associação dos Amigos e Pais de Pessoas Especiais (AAPPE); Pedro Inácio, Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª região, Alagoas; e Maria Aparecida Gurgel, Subprocuradora-Geral do Ministério Público do Trabalho.



Wederson Rufino, Narciso Figueroa Júnior, Francisco Djalma de Oliveira, Dep. Subtenente Gonzaga (PDT/MG), José Aparecido Bastazini, Wagner Moreira, Janine Rego de Miranda e Taís Arruti Lyrio Lisboa.

23/08 - PL 3.002/2015: TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS POR CONTA DE TERCEIROS E MEDIANTE REMUNERAÇÃO

A Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPD) promoveu audiência pública para “Debater o PL nº 3.002 de 2015, que “Acresce artigo à Lei 11.442, de 5 de janeiro de 2007, que dispõe sobre o transporte rodoviário de cargas por conta de terceiros e mediante remuneração”, com a presença de entidades e especialistas no tema.

A audiência se deu em virtude da aprovação do Requerimento nº 116/2017, de autoria do Deputado Subtenente Gonzaga (PDT/MG). Estiveram presentes à mesa de debates: o senhor Narciso Figueroa Júnior, Advogado Trabalhista representante da NTC&Logística; o senhor Wagner Moreira, Diretor Técnico da

Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP); o senhor José Aparecido Bastazini, Consultor e Procurador do Sindicato Nacional das Empresas de Transporte e Movimentação de Cargas Pesadas e Excepcionais (Sindipesa); o senhor Francisco Djalma de Oliveira, Representante do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência – Conade; o senhor Wederson Rufino dos Santos, representando o Secretário Especial de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência; a senhora Taís Arruti Lyrio Lisboa, Auditora-Fiscal do Trabalho, Coordenadora Nacional da Aprendizagem do Ministério do Trabalho; e a senhora Janine Rego de Miranda, Procuradora do Trabalho (MPT).



Otávio Praxedes/CPD

William Ferreira da Cunha, Dep. Zé Augusto de Nalin (PMDB/RJ), Marcus Vinicius Paolucci e José Arimateia Araújo.

30/08 - IMPLANTAÇÃO DE RECURSOS DE ACESSIBILIDADE NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS VISUAIS

Esta audiência pública, promovida pela Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPD), discutiu a atual situação da implantação de recursos de acessibilidade para pessoas com deficiências visuais nos meios de comunicação.

O evento se deu a partir da aprovação do Requerimento nº 109/2017 - CPD, de autoria do Deputado Lobbe Neto, e do Requerimento nº 114/2017 - CPD, de autoria do Deputado Carlos Gomes.

Estiveram presentes à mesa de debates o senhor Willian Ferreira da Cunha, representando o Presidente da Associação Brasileira de Deficientes Visuais (ABDV); o senhor Marcus Vinicius Paolucci, Chefe da Assessoria Técnica da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel); e o senhor José de Arimateia Araújo, Diretor de Operações Engenharia e Tecnologia da Empresa Brasil de Comunicação (EBC).



Dep. Alex Canziani (PTB/PR), Dep. Cabo Sabino (PR/CE), Dep. Caio Narcio (PSDB/MG), Ivana de Siqueira e João Gomes Cravinho.

12/09 - SEMINÁRIO INTERNACIONAL - EDUCAÇÃO AO LONGO DE TODA A VIDA

A Comissão, em parceria com a Comissão de Educação (CE), promoveu Seminário Internacional para tratar da "Educação ao Longo da Vida".

A aprovação do Requerimento nº 248/2017 - CE e do Requerimento nº 93/2017 - CPD, ambos de autoria do Deputado Eduardo Barbosa (PSDB/MG), viabilizou a realização do Seminário.

Inicialmente houve a composição de uma Mesa de Abertura, com a presença do Deputado Caio Narcio (PSDB/MG), Presidente da Comissão de Educação; do Deputado Cabo Sabino (PR/CE), Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos das

Pessoas com Deficiência; da senhora Ivana de Siqueira, Secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, representando o Ministro de Estado da Educação; e do senhor João Gomes Cravinho, Embaixador da União Europeia no Brasil.

A seguir, a senhora Professora Dra. Edith Hammer (UIL - Hamburgo) fez uma explanação com o tema "Educação ao Longo da Vida e a Agenda 2030: Perspectivas e Desafios". O Deputado Eduardo Barbosa (PSDB/MG) foi o coordenador.

Logo após, houve a primeira Mesa de Debates, que teve como tema a "Educação ao Longo da Vida: Valores e Desafios". A Professora



Otávio Praxedes/CPD

Profº Dr. Genuíno Bordignon, Profª. Dra. Filomena Pereira, Dep. Carmen Zanotto (PPS/SC), Ivana de Siqueira e Rebeca Otero.

Dra. Filomena Pereira (União Europeia - Portugal) tratou da "Educação Especial na Educação de Jovens e Adultos". O Professor Dr. Genuíno Bordignon (UnB - Brasil) abordou o "Reconhecimento de Saberes". A senhora Ivana de Siqueira (Secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - Secadi/MEC). A senhora Rebeca Otero (Coordenadora de Educação da Unesco-Brasil) foi a mediadora desta primeira Mesa de Debates.

A segunda Mesa de Debates teve como tema "A Educação de Jovens e Adultos com Deficiência: Perspectivas de uma Vida Produtiva". A mediadora foi a senhora Patrícia Neves Raposo, Diretora de Políticas de Educação Especial (DPEE/Secadi/MEC). A

Professora Dra. Rosita Edler Carvalho abordou "A Educação Especial e a Educação de Jovens e Adultos na Perspectiva da Educação ao Longo da Vida". A Professora Marcia Maurilio Souza tratou da "Transição para a Vida Adulta: Estratégia para Estruturar a Educação ao Longo da Vida das Pessoas com Deficiência". A Professora Dra. Windyz Brazão Ferreira abordou o tema "Currículos funcionais: Transição para Vida Ativa e Qualidade de vida para a Pessoa com Deficiência".

Ao final do evento, o senhor Paulo Santos Ramos, que é pessoa cega, surda e cadeirante, fez um "Relato da vida educacional e perspectivas acadêmicas e profissionais".



Maria Bernadete Dutra de Resende, Daniel Zanetti, Daniela Marreco Cerqueira, Dep. Otavio Leite (PSDB/RJ), Ana Lúcia Langer e Maria Clara Migowski.

13/09 - Distrofia Muscular de *Duchenne*

Em atendimento ao Requerimento nº 64/2016, de autoria da Deputada Mara Gabrielli (PSDB/SP) e do Deputado Otavio Leite (PSDB/RJ), foi realizada audiência pública para discutir a “Distrofia Muscular de *Duchenne*”.

A audiência contou com a participação dos seguintes convidados: senhora Dra. Ana Lúcia Langer, Presidente da Associação Brasileira de Distrofia Muscular; senhor Daniel Zanetti, Consultor Técnico do Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias em Saúde (Dgtis/MS), representando a Conitec; senhora Dra. Daniela Marreco Cerqueira, Gerente de Avaliação de Produtos Biológicos da Anvisa; senhora Maria Clara Pinto Barbosa, Presidente da Associação Carioca

de Distrofia Muscular (Acadim); e senhora Maria Bernadete Dutra de Resende, Médica Neuropediatra; responsável pelo ambulatório de Distrofia Muscular do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP).

O Ministério da Saúde havia sido convidado, no entanto, não enviou representante à Audiência Pública.

Ao final da Audiência, representantes do público presente, palestrantes e Deputados soltaram balões vermelhos em homenagem ao Dia 7 de Setembro: Dia Mundial para a Sensibilização da Distrofia Muscular de *Duchenne* (fotos nas páginas seguintes).





Memorize esta data!
DUCHENNE AWARENESS
DAY
Dia Mundial para a sensibilização
da doença muscular de Duchenne 7 sept

DON MS
Associação de Doentes de Duchenne

HISTÓRIA MUSCULAR CONGÊNITA
DMC
AMOSTODOSDM

ASSOCIAÇÃO
age



SAÍDA

CABINA DOS REPRESENTANTES DA COMISSÃO DE CENSO E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMATICA

IE DE
ÇÃO

MT
VANS OF THE WALL

PARA TODOS
E CADA UM DOS DEPARTAMENTOS

CA



José Carlos Truzzi, Dep. Eduardo Barbosa (PSDB/MG), Aline Silveira e Gisela de Assis.

20/09 - LESÃO MEDULAR

A Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPD) promoveu audiência pública para “Debater sobre saúde e qualidade de vida para pacientes com lesão medular”.

A audiência se deu em virtude da aprovação do Requerimento nº 117/2017, de autoria do Deputado Eduardo Barbosa (PSDB/MG).

Estiveram presentes à mesa de debates: o senhor José Carlos Truzzi, Doutor em Urologia (Unifesp), Chefe do Departamento de Urologia da Sociedade Brasileira de Urologia (SBU); a senhora Gisela de Assis, Enfermeira Estomaterapeuta do HC Curitiba e Mestre em Tecnologia em Saúde pela PUC/PR; o senhor Rafael Hoffmann, Atleta Paralímpico RIO 2016 de Rugby em Cadeiras de Rodas; e a senhora

Aline Silveira, representante do Ministério da Saúde.

Ao final da Audiência, o Deputado Eduardo Barbosa (PSDB/MG) propôs que a Comissão, através de sua secretaria, enviasse documento ao Ministério da Saúde, mais especificamente ao Conitec, a fim de que o órgão seja provocado a modernizar-se, por exemplo substituindo o coletor uretral tradicional, pelo coletor hidrofílico, mais moderno, higiênico, e que previne infecções recorrentes, nos lesionados medulares.

Dessa forma, a Comissão enviou ao Ministro da Saúde a Indicação nº 4038/2017, que “Sugere a Incorporação do catéter hidrofílico pelo SUS para pacientes com bexiga neurogênica”.



Otávio Praxedes/CPD

Fernanda Pessoa Di Cavalcanti, Dep. Assis do Couto (PDT/PR), Paulo Coelho Soares e Orion Sávio.

4/10 - TRABALHADORES LESIONADOS

A Comissão promoveu audiência pública com o objetivo de promover um “Debate sobre a Situação dos Trabalhadores Lesionados”, atendendo ao Requerimento nº 125/2017-CPD, de autoria do Deputado Assis do Couto (PDT/PR).

A Audiência contou com a presença dos seguintes palestrantes: Orion Sávio Santos de Oliveira, Analista Técnico de Políticas Sociais da Secretaria da Previdência do Ministério da Fazenda; Fernanda Maria Pessoa Di Cavalcanti, Auditora Fiscal do Trabalho, Responsável Nacional pelo Projeto de Inserção de Pessoas com Deficiência no Mercado de Trabalho, da Secretaria de Inspeção do Trabalho - Ministério do Trabalho; Adriana Barufaldi,

Representante do Serviço Social da Indústria (Sesi) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); Paulo Francisco Coelho Soares, Médico Ortopedista e Presidente da Associação em Defesa dos Lesionados no Trabalho (ADLT); e Fábio Antônio da Silva, Vice-Presidente da ADLT.

Ao final, o Deputado Assis do Couto (PDT/PR) sugeriu o envio de Indicação ao Poder Executivo para a criação de um de um Grupo de Trabalho, formado por membros do Poder Executivo, do Parlamento e da sociedade civil organizada para propor soluções à grave situação apresentada pela ADLT.

4/10 - MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE URBANA PARA AS PESSOAS IDOSAS E COM DEFICIÊNCIA

Trata-se de audiência pública conjunta da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPD), da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (Cidoso) e da Comissão de Desenvolvimento Urbana (CDU) com o objetivo de “Debater a mobilidade e a acessibilidade urbana para as pessoas idosas e pessoas com deficiência”, atendendo aos Requerimentos nº 51/2017- Cidoso, de autoria da Deputada Leandre (PV/PR) e da Deputada Mara Gabrielli (PSDB/SP); Requerimento nº 62/2017 - Cidoso de autoria da Deputada Leandre (PV/PR); Requerimento nº 176/2016 - CDU, de autoria do Deputado Givaldo Vieira (PT/ES) e Requerimento nº 110/2017 - CPD, de autoria da Deputada Mara Gabrielli (PSDB/SP).

Participaram da Mesa de Debates o senhor Sérgio Yassuo Yamawaki, Presidente da Comissão de Acessibilidade do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do Paraná; o Professor Ângelo José Golçalves Bós, representante do Instituto de Geriatria e Gerontologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUC/RS; a senhora Maria do Socorro Medeiros de Moraes, Secretária Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas Idosas; a senhora Marinalva Silva Cruz, Secretária Adjunta da Secretaria Municipal da Pessoa

com Deficiência do Município de São Paulo; o senhor Marco Antônio Ferreira Pellegrini, Secretário Nacional de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência; e o senhor Gabriel Guy Léger, Procurador do Ministério Público de Contas do Paraná.



Marco Pellegrini Secretário Nacional de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência.



Gabriel Léger, Procurador do Ministério Público/PR.



Otávio Praxedes/CPD

Mônica Macau, Dep. Rosinha da Adefal (AVANTE/AL), Ari Heck e Andrea Rosana.

18/10 - SÍNDROME PÓS-POLIOMIELITE NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

Este debate abordou a “Atenção às Pessoas com Síndrome Pós-Poliomielite no âmbito do Sistema Único de Saúde”.

A audiência pública, que foi conjunta com a Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF), se deu devido à aprovação dos Requerimentos nº 124/2017- CPD e nº 135/2017- CPD, de autoria da Deputada Mara Gabrielli (PSDB/SP), e nº 588/2017- CSSF, de autoria da Deputada Mara Gabrielli (PSDB/SP) e subscrito pelos Deputados Mandetta (DEM/MS), Benedita da Silva (PT/RJ) e Misael Varella

(DEM/MG).

Estiveram presentes à mesa de debates: o senhor Ari Heck, Idealizador da Associação Gaúcha dos Vitimados da Poliomielite e Síndrome Pós-Poliomielite; a senhora Andrea Rosana Silva, Presidente da Associação G-14 de Apoio aos Pacientes de Poliomielite e Síndrome Pós-Poliomielite; e a senhora Mônica Guimarães de Macau Lopes, Tecnologista em Gestão de Políticas Públicas em Saúde, representando o Ministério da Saúde.



Marco Antônio Juliato e Dep. Carlos Gomes (PRB/RS).

25/10 - FALTA DE INTÉRPRETES DE LIBRAS NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL

A Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPD) promoveu audiência pública para “Debater sobre a falta de Intérpretes de Libras, a Língua Brasileira de Sinais, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS)”.

O evento atendeu ao Requerimento nº 132/2017 - CPD, de autoria do Deputado Carlos Gomes (PRB/RS).

Foi convidado como palestrante o senhor

Marco Antônio Juliatto, Assessor da Diretoria de Desenvolvimento da Rede Federal (Setec), representando o Ministério da Educação.

Ao final da reunião, o Deputado Carlos Gomes (PRB/RS) asseverou que seria marcada reunião com representantes do Ministério da Educação, da Secretaria Nacional da Pessoa com Deficiência e do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão para tratar da presença de intérpretes de Libras nos Institutos Federais de Ensino.



Otávio Praxedes/CPD

Ubiraci Lustosa, Joston Alves de Sousa, Dep. Rosinha da Adefal (Avante/AL), Hecílio Mamede, Clenia Luna de Farias e Davi Mamblona.

8/11 - READAPTAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA COM DEFICIÊNCIA

Esta audiência pública tratou da “Readaptação dos Profissionais de Segurança Pública com Deficiência”. A audiência se deu devido à aprovação, pelo Colegiado da CPD, do Requerimento nº 111/2017 - CPD, de autoria das Deputadas Erika Kokay (PT/DF) e Rosinha da Adefal (Avante/AL) e subscrito pelo Deputado Eduardo Barbosa (PSDB/MG).

Participaram do debate, como palestrantes, o senhor Davi Mamblona Marques Romão, Coordenador de Pesquisa da Secretaria Nacional de Segurança Pública; a senhora Major Clenia Luna de Farias, Oficial Médica do Trabalho da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF); o Tenente-Coronel Joston

Alves de Sousa, Diretor de Saúde do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF); o Tenente-Coronel Hecilio da Fonseca Mamede, da Polícia Militar do Estado de Pernambuco; e o Soldado Ubiraci Lustosa de Carvalho, da Polícia Militar do Distrito Federal.

Ao final da Audiência, as Deputadas Erika Kokay (PT/DF) e Rosinha da Adefal (Avante/AL) comprometeram-se a elaborar uma minuta de um Projeto de Lei tratando da readaptação dos profissionais de segurança com deficiência, a exemplo do que já ocorreu no estado de Pernambuco, e apresentá-la aos interessados para o seu aperfeiçoamento.



Sérgio Caribé, Dep. Eduardo Barbosa (PSDB/MG) e Anderson Sant'Anna.

Otávio Praxedes/CPD

21/11 - 10ª SESSÃO DA CONFERÊNCIA DOS ESTADOS PARTES DA CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DA ONU

A Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPD), em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), promoveu audiência para "Debater a respeito da 10ª Sessão da Conferência dos Estados Partes da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da Organização das Nações Unidas".

O encontro se deu em atendimento aos Requerimentos nº 218/2017 - CREDN, de autoria dos Deputados Eduardo Barbosa (PSDB/MG) e Mara Gabrilli (PSDB/SP); e nº

131/2017 - CPD, de autoria dos Deputados Eduardo Barbosa (PSDB/MG), Mara Gabrilli (PSDB/SP) e Zenaide Maia (PR/RN).

Estiveram presentes como palestrantes o senhor Anderson José Sant'Anna de Oliveira, Assessor Internacional da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ministério dos Direitos Humanos e o senhor Sérgio Caribé, Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (TCU).



Otávio Praxedes/CPD

Carolina Sanchez Gomes, Emmanuel de Oliveira, Dep. Eduardo Barbosa (PSDB/MG), Eduardo David Gomes, Adriane Medeiros e Antoine Daher.

22/11 - CREDENCIAMENTO, CADASTRAMENTO E MONITORAMENTO DAS PESSOAS COM DOENÇAS RARAS MEDIANTE A IDENTIFICAÇÃO CIVIL NACIONAL

Tratou-se de audiência pública com o objetivo de “Discutir as possibilidades e mecanismos para credenciamento, cadastramento e monitoramento das pessoas com doenças raras mediante a identificação civil nacional”. A audiência se deu devido à aprovação do Requerimento nº 139/2017 - CPD, de autoria dos Deputados Eduardo Barbosa (PSDB/MG), Mara Gabrilli (PSDB/SP) e Júlio Lopes (PP/RJ). Participaram do debate, como palestrantes, o senhor Eduardo David Gomes de Sousa, Coordenador-Geral de Atenção Especializada, Substituto do Ministério da Saúde; o senhor

Emmanuel de Oliveira Carneiro, Coordenador-Geral do Componente Especializado de Assistência Farmacêutica do Ministério da Saúde; a senhora Adriane Medeiros Melo, Assessora da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; a senhora Carolina Angelica Moreira Sanchez Gomes, Diretora de Políticas Temáticas da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência; o senhor Antoine Daher, Presidente da Casa Hunter; e a senhora Regina Próspero, Presidente do Instituto Vidas Raras.



Dep. Mara Gabrielli (PSDB/SP).



Regina Próspero.

As discussões abordaram a identificação das pessoas com doenças raras por cadastramento específico mediante a utilização dos critérios da Identificação Civil Nacional (ICN), advinda da Lei nº 13.444 de 11 de maio de 2017, bem como a colheita da biografia do paciente por intermédio de entidades auxiliares, possibilitando o conhecimento daqueles que necessitam da devida assistência do Estado. O objetivo do debate foi, primordialmente, colher sugestões de entidades da sociedade civil, que já têm expertise na área de doenças raras, mecanismos e instrumentos necessários para a efetivação do cadastramento, credenciamento e monitoramento dos indivíduos.

Ademais, buscou-se encontrar formas que tivessem por finalidade a melhoria do atendimento prestado pelo Poder Público às pessoas que necessitam, bem como capacitar o Ministério da Saúde para atendê-las de maneira coerente e precisa.

Ao final da audiência, o Deputado Eduardo Barbosa (PSDB/MG) pronunciou-se, salientando que o debate não se encerraria e solicitou à representante do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão que seja incluída, na estrutura da Identificação Civil Nacional (ICN), uma referência do cadastro inclusão, para que o mesmo não seja um cadastro diferenciado.



Otávio Praxedes/CPD

Michel Platini, Felipe Oliver, Dep. Rosinha da Adefal (Avante/AL).

29/11 - REGULAMENTAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO INTÉRPRETE E TRADUTOR DE LIBRAS

Reunião da Subcomissão Especial para Discutir e Propor Regulamentação e outras Providências Afetas ao Exercício Profissional dos Intérpretes, Guiaintérpretes e Tradutores da Língua Brasileira de Sinais (Libras).

O Requerimento nº 138/2017 - CPD, que solicitou a Audiência, é de autoria da Deputada Erika Kokay (PT/DF).

A audiência contou com a presença dos seguintes palestrantes: Anderson Rodrigues Alves, Representante dos Intérpretes e Tradutores de Libras da Região Sul; Cristiane da Penha Nascimento Nogueira, Representante dos Intérpretes e Tradutores de

Libras da Região Norte; Sônia Marta Oliveira, Representante da Febrapils; Michel Platini, Representante do Sinpro/DF; Felipe Oliver, Representante do Sinasef; e João Renato Dias Rodrigues, Representante da Feneis.

Esta foi a última das audiências públicas promovidas pela referida Subcomissão Especial - Sublibras, que respaldaram a elaboração do Relatório Final, votado e aprovado pelo Plenário da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPD).



Ana Carla Vidor, Erika Zanoni, Dep. Dr. Jorge Silva (PHS/ES), Renata Andrade e Vinicius Ribeiro.

6/12 - INTERVENÇÃO ASSISTIDA POR ANIMAIS

Esta Audiência foi conduzida pela CPD com o objetivo de tratar do Projeto de Lei nº 5.083, de 2016, que “Dispõe sobre Intervenção Assistida por Animais – IAA e utilização de animais de intervenção assistida”.

A solicitação foi do Deputado Dr. Jorge Silva (PHS/ES), autor dos Requerimentos nº 136/2017- CPD e nº 143/2017- CPD.

Compareceram como palestrantes a senhora Ana Carla Martins Vidor, Representante da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ministério dos Direitos Humanos/MDH; a senhora Renata Andrade, Mestre em Tecnologia Assistiva e Especialista em Gestão Inclusiva e Desenho Universal;

o senhor Vinicius Ribeiro, Fisioterapeuta, Integrante da TAC, Associação que atua nas Terapias de Educação Assistida por Animais; e a senhora Erika Zanoni, Graduada em Medicina Veterinária pela Universidade Federal do Paraná e doutoranda em Ciências Biológicas.

Ao final da audiência, o autor do Requerimento, Deputado Dr. Jorge Silva (PHS/ES), asseverou que o debate com especialistas, com integrantes do governo e com a sociedade civil organizada continuaria em 2018.



PRÊMIO BRASIL MAIS INCLUSÃO: SINAL DE RECONHECIMENTO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA

No dia 20 de setembro, em comemoração ao Dia da Luta da Pessoa com Deficiência (21 de setembro), houve a cerimônia de entrega do Prêmio Brasil Mais Inclusão/2017 às entidades e personalidades vencedoras na votação pelo Conselho Deliberativo do Prêmio.

Os agraciados foram:

Categoria 1 – Empresas/ONGs/OSCIPs/Entidades - Mérito João Ribas:

AGRACIADO	INDICANTE
Pequeno Cotelengo Paranaense	Dep. Diego Garcia (PHS/PR)
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Belo Horizonte	Dep. Eduardo Barbosa (PSDB/MG)
Instituto de Educação e Reabilitação de Cegos do Rio Grande do Norte	Dep. Zenaide Maia (PR/RN)
Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD	Dep. Keiko Ota (PSB/SP)
Irmãos Gonçalves Comércio e Indústria Ltda	Dep. Mariana Carvalho (PSDB/RO)



Otávio Praxedes/CPD

Dep. Cabo Sabino (PR/CE), Dep. Rômulo Gouveia (PSD/PB) e Dep. Mariana Carvalho (PSDB/ RO).

Categoria 2 – Personalidades/Entes Federados - Mérito Darcy Barbosa:

AGRACIADO	INDICANTE
Jackson Ragnar Follmann	Dep. Jorginho Mello (PR/SC)
Taciano Araújo da Nóbrega Wanderley	Dep. Rômulo Gouveia (PSD/PB)
Thiago Diniz Pereira	Dep. Wilson Filho (PTB/PB)
Dr. Deusdeth Gomes do Nascimento	Dep. Julio Lopes (PP/RJ)
Antônio Vitor Gomes Leitão	Sen. Cristovam Buarque (PPS/DF)

Lembramos que, em nossa página, no site da Câmara dos Deputados, há informações - vídeo, áudio, arquivos de apresentações feitas pelos palestrantes, pauta e ata - relativas a todas as reuniões promovidas pela Comissão. Segue o link: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cpd>.

ORÇAMENTO

Ao apresentar emendas às leis orçamentárias, a Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência - CPD tem a prerrogativa de influir diretamente na destinação dos recursos públicos em prol das pessoas com deficiência. Nesse sentido, no ano de 2017, a CPD apresentou duas emendas de inclusão de meta ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO/2018). A LDO define as grandes linhas do orçamento e regulamenta a sua preparação, indicando as despesas prioritárias e como elas devem ser organizadas.

As emendas aprovadas priorizaram:

- o apoio à alfabetização, à educação de jovens e adultos e a programas de elevação da escolaridade; e
- a estruturação da rede de serviços de proteção social especial.

A prioridade estabelecida pela Comissão para as pessoas com deficiência foi a expansão dos Centros de Referência Especializada em Assistência Social e a garantia do sistema educacional inclusivo em todos os níveis, assim como o aprendizado ao longo de toda a vida para as pessoas com deficiência.

A Comissão aprovou também quatro emendas à Lei Orçamentária Anual (LOA/2018). Parlamentares membros da Comissão reuniram-se para definir as áreas prioritárias que deveriam impactar nas

políticas de atendimento às pessoas com deficiência.

O Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) foi contemplado com uma emenda para a estruturação da rede de serviços de proteção social especial, viabilizando a melhoria da estrutura física das unidades prestadoras, a aquisição de material necessário para a prestação do serviço, bem como a ampliação do acesso ao serviço às pessoas com deficiência.

Na área de educação, a Comissão aprovou emenda voltada para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para apoio à infraestrutura para a educação básica, visando a ampliação, a reforma e a adequação dos espaços escolares, bem como a aquisição de equipamentos e mobiliário.

Para a área da saúde, foi aprovada emenda para o financiamento da estruturação e manutenção da assistência especializada à saúde das pessoas com deficiência, para o apoio e a expansão dos serviços habilitados que realizam procedimentos de alta complexidade - Centros Especializados em Reabilitação - e para a aquisição de transportes adaptados.

Ademais, aprovou-se emenda destinada ao Ministério da Justiça e Cidadania, a fim de fortalecer a promoção e a defesa dos direitos das pessoas com deficiência.

COM A PALAVRA...



Em primeiro lugar, quero externar a minha satisfação em participar da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência e poder ter relatado projetos de suma importância para melhorar a qualidade de vida dessa população que sempre foi esquecida pelas autoridades públicas e que, com a criação da Comissão, muitas coisas melhoraram no sentido de tratar a pessoa com deficiência como um ser inteligente e capaz de ingressar numa Universidade e de competir no mercado de trabalho tão concorrido atualmente.

Ainda temos uma longa caminhada, mas o primeiro passo já foi dado.

A Comissão é composta por parlamentares comprometidos e cômicos do dever de cada vez mais aprimorar as políticas públicas voltadas para melhorar a vida das pessoas com deficiência.

Esta augusta Casa está resgatando um dívida com essa população, que hoje é muito expressiva no BRASIL. Eu, como mãe de um filho com deficiência, tenho muito orgulho em aproveitar essa oportunidade de estar no Parlamento para, em conjunto com meus pares, trabalhar cada dia em prol de igualdade de condições e ver a pessoa com deficiência como um ser capaz de ocupar espaço na sociedade, desde que o Governo faça a sua parte.

Espero continuar participando, em 2018, dessa importante Comissão e continuar meu trabalho de apoio a essa parcela da população brasileira que ficou abandonada durante muitos anos.

Deputada Federal Zenaide Maia (PR/RN), 1ª Vice-Presidente da CPD.

//

O ano de 2017 foi atípico na Câmara, com o cenário político e a corrupção dominando os temas da Casa. No entanto, os assuntos relacionados às pessoas com deficiência continuaram sendo debatidos e discutidos na CPD.

E esse é o papel da Comissão: discutir tecnicamente os assuntos como doenças raras, saúde, educação, acessibilidade, desenho universal, inclusão, entre outros, a fim de garantir e avançar nos direitos das pessoas com deficiência.

Deputada Federal Mara Gabrilli (PSDB/SP), 2ª Vice-Presidente da CPD.



Em seu terceiro ano de existência, a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CPD) mais uma vez correspondeu à nossa expectativa no sentido de incidir positivamente nas políticas públicas voltadas para as pessoas com deficiência.

Para tanto, realizou audiências públicas para debater temas marcantes, enviou ao Poder Executivo indicações para incorporação de ações importantes para a melhoria da oferta de serviços aos usuários, bem como enviou pedidos de informação sobre execução orçamentária para embasar as suas propostas. Além disso, aprovou importantes projetos para promover a defesa dos direitos, da vida autônoma, e do bem-estar das pessoas com deficiência.

Destaco também a aprovação da sugestão de minha autoria de emenda de Comissão para a proposta orçamentária de 2018 (PLN 20/17) para recompor o Orçamento de 2018 do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, e, ainda, incrementar o cofinanciamento federal da Política Nacional de Assistência Social. Essa medida visa garantir a ampliação de serviços dos Centros-Dias e atender as instituições de longa permanência e voltadas para as pessoas com deficiência e é de suma importância, pois o SUAS contabiliza mais de 30 milhões de famílias referenciadas nos mais de 8 mil Centros de Referência de Assistência Social e mais de 70 mil pessoas são acolhidas e protegidas pela rede estatal e complementada por organizações de assistência social.

Oportunamente, parabenizo toda a equipe da Comissão, que realizou um belo trabalho em 2017, que esperamos seja continuado no próximo ano.

ABRAÇO FRATERNAMENTE,

Deputado Federal Eduardo Barbosa (PSDB/MG).



Neste segundo mandato, continuo lutando pela inclusão social, acessibilidade como direito fundamental, respeito à mulher; todos tendo como tema central a deficiência. Estes temas são as bases da minha atuação e compromisso como parlamentar.

Acredito na máxima: “Nada sobre nós, sem nós”, por isso devemos estar presente em todas as áreas, lutar por nossos direitos, fazer com que a lei saia do papel, atenda de fato e garanta os direitos da pessoa com deficiência (PcD).

Na CPD apresentei relatorias, projetos, presidi debates, participei de seminários, sempre com o intuito de fortalecer o movimento da PcD, lutar pela garantia dos nossos direitos e apresentar respostas ao povo brasileiro, em especial aos alagoanos.

Deputada Federal Rosinha da Adefal (AVANTE/AL).



Apoio escolar às pessoas com deficiência

A Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência aprovou algumas proposições que foram relatadas por mim em prol dos estudantes que possuem deficiência. O primeiro parecer favorável ao Projeto de Lei 7.682/17 que trata da flexibilização da frequência mínima escolar de educandos dos níveis fundamental e médio com deficiência ou transtornos globais do desenvolvimento. É necessário compreender que, a depender da deficiência do aluno e de suas condições físicas, nem sempre é possível que ele cumpra a frequência mínima exigida na lei para sua aprovação na educação básica. E não são apenas as barreiras à acessibilidade que contribuem para isso, mas a necessidade de tratamentos específicos que fazem parte da rotina dessas crianças e jovens, consumindo boa parcela do tempo que deveria ser dedicado às atividades escolares.

Também foi aprovado o meu parecer favorável ao PL 6559/16 que trata da exigência de formação mínima de técnico em serviços de apoio à pessoa com deficiência no ambiente escolar para os profissionais que auxiliam esses alunos em alimentação, higiene e locomoção e nas atividades escolares. É grande e benéfico o impacto de que o profissional de apoio escolar possa deter conhecimentos básicos de saúde, de psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem, bem como é relevante que esse profissional tenha conhecimento sobre a especificidade do estudante com deficiência.

A garantia de um atendimento com qualidade à pessoa com deficiência é uma grande preocupação e acredito ser fundamental que esses profissionais possuam alguma formação na área educacional, de forma a dar melhor suporte ao aluno no desempenho das atividades escolares.

Deputada Federal Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO).



Durante este ano, em Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, apresentei o Projeto de Lei nº 6.575/2016, que torna obrigatória a coleta de dados e informações sobre autismo nos censos demográficos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) realizados a partir de 2020. A medida altera o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015).

A efetivação dos direitos das pessoas com autismo depende de ações do Estado, mas para efetivá-las é preciso conhecer a realidade que se pretende alterar. Este é o objetivo desta proposta. Enfim, saberemos quantos autistas temos no Brasil. E mais que isso, onde vivem, como estão e a condição socioeconômica de suas famílias.

A Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência também aprovou o meu parecer favorável ao Projeto de Lei nº 6.599/2016, que garante às pessoas com deficiência gratuidade na renovação da carteira de habilitação. O benefício será subsidiado com a receita proveniente das multas de trânsito.

Além disso, solicitei mais agilidade na tramitação do Projeto de Lei nº 155/2015, de minha autoria, que reconhece aos Pacientes Renais os mesmos direitos das pessoas com deficiência, em especial para hemodiálise/diálise peritoneal.

Deputada Federal Carmen Zanotto (PPS/SC).



O último ano foi de grandes conquistas na Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência! Com muita alegria, aprovamos a minha relatoria ao PL 3502/2015, que permitirá mais investimentos na formação dos cães-guia para cegos, incentivados com a dedução das doações aos centros de treinamento no imposto de renda.

Além disso, como manifestação pelo direito à vida, aprovamos uma Moção de Repúdio (REQ 122/2017) aos esforços empreendidos pelo Tribunal Europeu de Direitos Humanos na aprovação da eutanásia do bebê Charlie Gard, em Londres, contra a vontade dos pais.

E neste ano, na Comissão, continuarei a defender a luta contra a eugenia e contra o aborto. Vamos unir esforços a favor dos direitos da pessoa com deficiência, por um país mais igualitário e mais justo para todos.

Deputado Federal Diego Garcia(PHS/PR).



Em um período difícil e de restrição de direitos, a Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência desempenha um papel fundamental para a defender permanentemente os interesses coletivos e difusos das pessoas com deficiência em todo o Brasil.

Em pouco tempo de funcionamento, a Comissão acumula tamanha experiência de ações e lutas em defesa desse segmento, já tão açoiado pela ausência de políticas públicas.

Em 2018 continuaremos firmes na luta por uma cidade e um país sem barreiras arquitetônicas e humanas.

Deputada Federal Erika Kokay (PT/DF).



O ano de 2017 foi marcado por muitas conquistas. A Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência – CPD, vem alcançando importantes vitórias na proteção das pessoas com deficiência e alcançando voos cada vez mais altos.

Em minha atuação na Comissão, ao longo de 2017, relatei projetos de lei de extrema relevância, como o PL nº 6762/2016, que desonera impostos na aquisição de plataformas elevatórias de acessibilidade para pessoas com deficiência.

Além disso, após muito esforço, conseguimos trazer o Congresso Internacional da CDLS WORLD para o Brasil, sobre a Síndrome Cornélia de Lange, deixando importante legado para o país, com a elaboração de protocolo clínico sobre a doença.

Por essas e muitas outras conquistas podemos considerar que 2017 foi um ano de grandes vitórias para a CPD, com o fortalecimento da defesa das pessoas com deficiência.

Deputado Federal Marcelo Aro (PHS/MG).

EQUIPE TÉCNICA DA CPD

SECRETARIA EXECUTIVA DA COMISSÃO

Claudio Ribeiro Paes (Janeiro a Maio/2017)

Idelfonso Vidal Salmito (Maio a Dezembro/2017)

EQUIPE DE APOIO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO

Carmen Cecília Serra

Erivan da Silva Raposo

Hérica Pimentel Brito de Souza

José Otávio Praxedes da Silva

Maíra Costa Tarchetti

Raquel Ferreira de Carvalho Aldigueri

Severino Carrera da Silva

CNE

Edna Ferreira Aires

PRÓ-ADOLESCENTES

Britney Dias

Lucas Rodrigues Teodoro

Agradecemos a todos os assessores dos gabinetes, das lideranças, bem como aos representantes da sociedade civil organizada e das instituições públicas e privadas que colaboraram com os trabalhos da Comissão durante o ano de 2017.

Comissão de Defesa dos Direitos das
Pessoas com Deficiência



Anexo II - Praça dos Três Poderes
Brasília (DF) - 70160-900
Telefone: (61) 32166971

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cpd>

Comissão de Defesa dos Direitos das
Pessoas com Deficiência

